



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Segurança (GNR)

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

DESAFIOS QUE SE COLOCAM À SEGURANÇA INTERNA

ALUNO: Aspirante GNR/CAV Luís Carlos Figueiredo Paulino

ORIENTADOR: Capitão GNR/CAV José Brito Sousa

Lisboa, Agosto de 2010



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Segurança (GNR)

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

DESAFIOS QUE SE COLOCAM À SEGURANÇA INTERNA

ALUNO: Aspirante GNR/CAV Luís Carlos Figueiredo Paulino

ORIENTADOR: Capitão GNR/CAV José Brito Sousa

Lisboa, Agosto de 2010

DEDICATÓRIA

Às pessoas mais importantes na minha vida, Fernando, Mariana e Filipe...

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho seria de todo inexequível sem a preciosa ajuda de várias pessoas, que abdicaram de tempo precioso na realização das suas funções, para me auxiliar na concretização deste objectivo.

Ao meu orientador pela disponibilidade, pelo precioso auxílio nas tarefas a executar e pela valiosíssima ajuda na condução deste trabalho.

Ao Coronel Borges pela valiosa ajuda e tempo dispensado para me auxiliar na execução das entrevistas.

Ao Major Pousa por todo o interesse e auxílio prestado.

Ao Major Rocha, pela preciosa ajuda no sentido de facilitar a realização das entrevistas.

Ao Major Ferreira pelo material facultado, que foi crucial para a realização deste trabalho.

Ao Tenente Joni Ferreira por todo o auxílio que prestou para que a minha percepção sobre o tema deste trabalho fosse a melhor e para que tivesse acesso a material crucial para a execução do mesmo.

Ao Tenente Mendes pelo material facultado para a realização deste trabalho.

Aos Exmos. Srs. e Sras. que tiveram a gentileza de conceder as entrevistas, pois sem o precioso conhecimento delas emanado, o objectivo deste trabalho não seria atingido.

A todos os que contribuíram directa ou indirectamente para a realização deste trabalho, o meu muito obrigado, ficarei eternamente agradecido.

À minha família e amigos pela amizade, carinho, atenção, dedicação e apoio sempre prestados.

Aos meus camaradas de curso pelo apoio, camaradagem, amizade e auxílio em todos os momentos.

RESUMO

Tudo o que está construído em torno da Segurança Interna influencia decisivamente o grau de segurança existente e percebido pelo povo desse Estado. Os instrumentos legislativos existentes impedem que as redes criminosas não consigam obter os resultados que pretendem através do crime, contribuindo assim para a segurança das populações.

Com esta investigação pretende-se saber se os instrumentos legislativos nacionais que estão implementados são suficientes para dar uma resposta adequada ao fenómeno da criminalidade organizada.

O objectivo deste trabalho materializa-se em analisar se os instrumentos legislativos que enquadram o crime organizado são suficientes, adequados e necessitam de reformulação.

A presente investigação divide-se em duas partes. Na primeira parte surge uma abordagem teórica através de análise documental ao conceito de Segurança Interna, ao conceito de crime organizado, às forças e serviços de segurança nacionais e aos instrumentos jurídicos que enquadram o combate ao crime organizado. A segunda parte completa a investigação teórica através do trabalho de campo. Para isso, foi utilizado como método de colheita de dados, a realização de entrevistas a entidades pertencentes ao espectro de forças e serviços de segurança e a outras entidades relevantes para a problemática tratada.

Concluiu-se através da presente investigação que os instrumentos legislativos existentes que enquadram o combate ao crime organizado são suficientes, apenas realçando que existem alguns pormenores legislativos que podem ser alvo de reforma, a fim de contribuir para um combate mais eficaz ao crime organizado.

Palavras-chave: SEGURANÇA INTERNA, CRIME ORGANIZADO, INSTRUMENTOS LEGISLATIVOS, FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA, COOPERAÇÃO.

ABSTRACT

The existing legislative instruments don't allow that the criminal networks obtain the results they want through crime, thus contributing to the security of populations.

This research asks whether national laws that are implemented are enough to adequately respond to the phenomenon of organized crime.

The objective of this study is realizing that the legislative instruments that are applied to the crime are sufficient, adequate and need recasting.

This research is divided into two parts. In the first part comes a theoretical approach by a documental analysis of the Homeland Security concept, the concept of organized crime, forces and national security services, legal instruments that provide the framework for organized crime combat. The second part completes the theoretical research through field work that was used as a method of collecting data, conducting interviews with entities linked to the whole spectrum of forces and security services and other entities related to the issue at hand.

Through this research was concluded that the existing legislative instruments that provide the framework for organized crime combat are sufficient, just pointing out that there are some details that might be targeted for a legislative reform, in order to contribute to a more effective organized crime fighting.

Keywords: HOMELAND SECURITY, ORGANIZED CRIME, LEGISLATIVE INSTRUMENTS, FORCES AND SECURITY SERVICES, COOPERATION.

INDICE GERAL

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS	II
RESUMO.....	III
ABSTRACT	IV
INDICE GERAL	V
INDICE DE GRÁFICOS	IX
INDICE DE FIGURAS	X
INDICE DE QUADROS	XI
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	XII
EPIGRAFE	XIV

CAPITULO 1 – APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	1
1.1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1.1 FINALIDADE	1
1.1.2 ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	2
1.1.3 DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO.....	3
1.1.4 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO.....	3
1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO	4
1.3 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO	5

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
CAPITULO 2 – SEGURANÇA	6
2.1 INTRODUÇÃO.....	6
2.2 SEGURANÇA.....	7
2.3 DA SEGURANÇA INTERNA	8

2.3.1	ACTORES QUE CONCORREM PARA A SEGURANÇA INTERNA.....	8
2.4	AS AMEAÇAS TRANSNACIONAIS	9
2.5	CRIMINALIDADE ORGANIZADA	11
2.5.1	CONCEITO	11
2.5.2	ACTIVIDADES DE ACTUAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO	12
 CAPITULO 3- ÓRGÃOS NACIONAIS PARA A COOPERAÇÃO EUROPEIA EM		
MATÉRIA DE SEGURANÇA INTERNA		14
3.1	INTRODUÇÃO.....	14
3.2	CENTROS DE COOPERAÇÃO POLICIAL E ADUANEIRA.....	14
3.3	GABINETE SIRENE	14
3.4	UNIDADE NACIONAL EUROPOL.....	15
3.5	GABINETE NACIONAL INTERPOL.....	16
3.6	A AGÊNCIA EUROPEIA DE GESTÃO DE COOPERAÇÃO OPERACIONAL NAS FRONTEIRAS EXTERNAS DOS ESTADOS-MEMBROS	16
3.7	OS ORGÃOS CENTRAIS DE COOPERAÇÃO POLICIAL E OS PONTOS DE CONTACTO DAS REDES DE COOPERAÇÃO POLICIAL	17
 CAPITULO 4 – PRINCIPAIS INSTRUMENTOS JURIDICOS		
18		
4.1	INTRODUÇÃO.....	18
4.2	INSTRUMENTOS JURIDICOS QUE ENQUADRAM O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO A NÍVEL DA SEGURANÇA INTERNA.....	18
4.2.1	LEI DE SEGURANÇA INTERNA	18
4.2.2	LEI DA ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	22
4.2.3	LEI QUADRO DA POLITICA CRIMINAL.....	22
4.2.4	LEI DAS ARMAS.....	22
4.2.5	MEDIDAS DE COMBATE À CRIMINALIDADE ORGANIZADA E ECONÓMICO- FINANCEIRA.....	23
4.2.6	REGIME JURÍDICO DAS ACÇÕES ENCOBERTAS PARA FINS DE PREVENÇÃO E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	23
4.2.7	LEI DA COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL....	24
4.2.8	MEDIDAS PARA PROTECÇÃO DE TESTEMUNHAS EM PROCESSO PENAL.....	25

4.2.9 INTEROPERABILIDADE ENTRE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL	25
4.3 INSTRUMENTOS JURIDICOS QUE ENQUADRAM O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO A NÍVEL DA SEGURANÇA EXTERNA.....	26
4.3.1 LEI DA DEFESA NACIONAL	26
4.3.2 CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL	27
PARTE II – TRABALHO DE CAMPO	28
CAPITULO 5 – METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO	28
5.1 INTRODUÇÃO.....	28
5.2 METODOLOGIA APLICADA	29
5.3 CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS	30
CAPITULO 6 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	32
6.1 INTRODUÇÃO.....	32
6.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS APLICADAS.....	32
6.3 CONCLUSÕES DAS ENTREVISTAS	46
CAPITULO 7 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	48
7.1 INTRODUÇÃO.....	48
7.2 CONCLUSÕES	48
7.3 REFLEXÕES FINAIS.....	51
7.4 RECOMENDAÇÕES.....	51
7.5 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO	51
7.6 INVESTIGAÇÕES FUTURAS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
LIVROS:.....	53
LEGISLAÇÃO:	54
TESES E OUTROS TRABALHOS:	55
SÍTIOS DA INTERNET:	55
OUTROS DOCUMENTOS:	57

APÊNDICES	58
APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO	60
APÊNDICE B - GUIÃO DE ENTREVISTA	61
APÊNDICE C – ENTREVISTA AO EXMO. JUIZ CONSELHEIRO MARIO MENDES	63
APÊNDICE D – ENTREVISTA AO EXMO. DOUTOR MANUEL ANES	67
APÊNDICE E - ENTREVISTA APLICADA AO SENHOR CORONEL BORGES	72
APÊNDICE F - ENTREVISTA APLICADA AO SENHOR TENENTE-CORONEL ROCHA	78
APÊNDICE G - ENTREVISTA APLICADA AO SENHOR INTENDENTE NUNES TEIXEIRA.....	84
APÊNDICE H – ENTREVISTA À EXMA. DRA. ANA BARQUINA	89
ANEXOS	93
ANEXO I – EXTRACTO DO CÓDIGO PENAL	94
ANEXO J – EXTRACTO DA LEI DE SEGURANÇA INTERNA.....	96
ANEXO K – VARIAÇÃO POSITIVA 2009-2008 DA CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE	97
ANEXO L – ORGANOGRAMA DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA	98

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico L.1: Variação positiva 2009-2008 da criminalidade violenta e grave.....	97
---	----

INDICE DE FIGURAS

Figura M.1: Organograma do Sistema de Segurança Interna.....	98
--	----

INDICE DE QUADROS

Quadro 5.1: Caracterização dos inquiridos.....	31
Quadro 6.1: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º1	33
Quadro 6.2: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º2.....	34
Quadro 6.3: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º3.....	35
Quadro 6.4: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º4.....	36
Quadro 6.5: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º5.....	37
Quadro 6.6: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º6.....	39
Quadro 6.7: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º7.....	40
Quadro 6.8: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º8.....	41
Quadro 6.9: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º9.....	42
Quadro 6.10: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º10.....	43
Quadro 6.11: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º11.....	44

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AR	Assembleia da República
CAAS	Convenção de Aplicação do Acordo Schengen
CCPA	Centros de Cooperação Policial e Aduaneira
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEMGFA	Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas
CO	Crime Organizado
CRP	Constituição da República Portuguesa
DL	Decreto-Lei
FA	Forças Armadas
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
LDN	Lei de Defesa Nacional
LOIC	Lei Orgânica de Investigação Criminal
LSI	Lei de Segurança Interna
OPC	Órgão de Polícia Criminal
OSCOT	Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SG-SSI	Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna
SI	Segurança Interna
SIIC	Sistema Integrado de Informação Criminal
SIS	Serviço de Informações e Segurança
SISH	Sistema de Informações Schengen
SSI	Sistema de Segurança Interna

TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
UE	União Europeia
Et al.	Et aliae (e outros)

EPIGRAFE

“A tendência cada vez mais universalizante para a afirmação dos direitos do homem como princípio basilar das sociedades modernas, bem como o reforço da dimensão ética do Estado, imprimem à justiça o primeiro garante da consolidação dos valores fundamentais reconhecidos pela comunidade, com destaque para a dignidade da pessoa humana”

Código Penal, Decreto-Lei nº 48/95 de 15 de Março

CAPITULO 1 – APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

1.1 INTRODUÇÃO

1.1.1 FINALIDADE

Com o culminar do curso ministrado na Academia Militar, Mestrado Integrado de Ciências Militares na Especialidade de Segurança, e decorrendo da reestruturação dos cursos da Academia Militar ao denominado “Processo de Bolonha”, é requerida a elaboração de um trabalho assente na investigação científica. Neste sentido é elaborado o Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) seguidamente apresentado, conforme as regras vertidas nas Normas Específicas do Tirocínio para Oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR).

De facto, o TIA tem um duplo objectivo para além de representar a última etapa para alcançar o término do curso. Auxilia a valorizar o mestrando, na medida em que estimula o desenvolvimento de determinadas competências tais como, a capacidade de iniciativa, investigação, reflexão individual, e proporciona uma mais-valia à Instituição que representa, uma vez que é realizada uma investigação científica no âmbito da Segurança e Defesa, assunto de reconhecida importância para a GNR.

Pretende-se assim, a realização de um trabalho científico assente em critérios científicos claramente estabelecidos e lúcidos (Quivy & Campenhoudt, 2008) e que represente uma melhoria de conhecimento ao nível do domínio sujeito à investigação científica. (Fortin, 1996)

1.1.2 ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O presente TIA subordina-se ao tema “Desafios que se colocam à Segurança Interna” incidindo na temática da criminalidade organizada. A escolha deste tema obedeceu a dois factores, ao interesse do autor na matéria em apreço e à importância do conteúdo que envolve o tema a que se submete este TIA.

Devido à actual conjuntura mundial, as relações económicas e culturais entre países tornaram-se mais próximas e mais abertas. Toda a modernização veio trazer benefícios mas também riscos, pois a evolução beneficia também quem dela quer tirar proveito, desta feita ilicitamente. A actual União Europeia (UE) é exemplo disso, o princípio da liberdade de circulação de pessoas e bens estabelecido pelo Acordo de Schengen¹, aumentou o risco de certo tipo de actores atentarem contra a Segurança Interna dos Estados, pelo que é necessário estarmos sempre atentos relativamente à melhor forma de controlar e reprimir esses perigos.

A Segurança Interna (SI) é um tema bastante debatido na sociedade portuguesa, de tal forma que no ano 2008 ocorreu uma reforma significativa ao nível da Segurança Interna. A Lei de Segurança Interna (LSI)² e a Lei Orgânica de Investigação Criminal (LOIC)³ foram revistas, o Sistema de Segurança Interna (SSI) foi alterado criando novas figuras⁴. Todas estas modificações se prendem com a evolução do conceito de ameaça desde o final da Guerra Fria e com algumas necessidades estruturais a nível do SSI⁵.

Mas acima de tudo, a Segurança é um direito fundamental dos cidadãos portugueses e estrangeiros residentes em Portugal consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP), aqui entendida como segurança a nível genérico.

Devido ao espectro de áreas que esta temática abrange, reveste-se este tema de enorme importância para a sociedade portuguesa e principalmente para as forças policiais, não olvidando também o desafio que tamanho tema coloca ao autor, contudo, muito aliciante.

¹ Acordo assinado entre os países do Benelux em 14 de Junho de 1985, visou a supressão gradual do controlo de fronteiras entre estes países, posteriormente vários países aderiram ao acordo, incluindo Portugal, consultar em: http://europa.eu/scadplus/glossary/schengen_agreement_pt.htm.

² Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto.

³ Aprovada pela Lei n.º 49/2008 de 27 de Agosto.

⁴ Nomeadamente o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.

⁵ Vide “Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna”, dirigido pelo Dr. Nuno Severiano Teixeira, efectuado no Instituto Português de Relações Internacionais;

1.1.3 DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

A delimitação do objecto de estudo é necessária à elaboração de um trabalho científico devidamente estruturado e sustentado, tal não é a abrangência que o nosso tema encerra. (Quivy & Campenhoudt, 2008)

Partindo do tema “Desafios que se colocam à Segurança Interna”, optamos por investigar um vasto número de livros, artigos publicados por personalidades de destaque em matéria de SI e diplomas europeus e nacionais com interesse para a SI. De seguida foram levadas a cabo algumas entrevistas exploratórias com Oficiais da GNR que possuem um vastíssimo leque de conhecimento na área abrangida por este tema.

O objecto de estudo deste trabalho é analisar a principal legislação existente que enquadra o combate ao crime organizado (CO). Por ser um fenómeno transnacional a criminalidade organizada envolve bastantes diplomas europeus, pelo que, devido às limitações impostas a um trabalho desta ordem, nomeadamente o número de páginas e a pouca experiência neste campo, optamos por abordar apenas o normativo nacional que combate o CO.

Esta é uma temática de interesse e actual, “...a criminalidade organizada constitui por si só uma ameaça para a sociedade, pondo em risco as economias legítimas e representando um factor de desestabilização do tecido social e democrático da sociedade...” (Europeia, 2005)⁶, a criminalidade organizada é um fenómeno que coloca em risco o poder dos Estados sobre o seu território. O que de facto se torna num desafio à Segurança Interna, numa luta que os Estados querem obrigatoriamente sair vencedores, “...o seu grau de ofensividade (...) cresceu de forma significativa nos últimos anos do século XX permitindo-lhes, de alguma forma, condicionar o poder político, as instituições legitimamente eleitas e, mais grave e preocupante, impor as suas normas e formas de actuação.” (Davin, 2007, p. 09)

1.1.4 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

Como pressuposto de uma investigação científica, esta tem que dar resposta a algo concreto, plausível, claro, observável, pertinente.

⁶ Comunicação n.º 232 de 2005 por parte da Comissão Europeia ao Conselho e Parlamento Europeu, acerca da “elaboração de um conceito estratégico para combater a criminalidade organizada”;

A pergunta de partida para o tema “Desafios que se colocam à Segurança Interna” é a seguinte: “São suficientes os instrumentos legais existentes no ordenamento jurídico português que potenciam o combate ao crime organizado?”

As perguntas de investigação são as seguintes:

- A integração do Gabinete SIRENE e da Unidade Nacional Europol na mesma estrutura poderá acarretar benefícios no combate ao crime organizado?
- As medidas de polícia presentes na Lei de Segurança Interna estão adequadas à actuação policial na luta contra o Crime Organizado?
- A criação do Sistema Integrado de Informação Criminal dinamiza o combate ao Crime Organizado?
- O Sistema Integrado de Informação Criminal está a ser implementado
- A nova Lei das Armas veio proporcionar melhorias na repressão do Crime Organizado?
- A Lei de Defesa Nacional vem fornecer um maior enquadramento e cobertura no combate ao Crime Organizado?
- O Conceito Estratégico de Defesa Nacional é redutor em relação ao espectro de actividades praticadas pelo Crime Organizado?

A resposta a estas questões será devidamente sustentada pelo enquadramento teórico e posteriormente pelo trabalho de campo, nomeadamente pelas entrevistas realizadas a entidades credenciadas na área.

1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO

A construção deste trabalho desenvolve-se em torno de algumas regras. O método de investigação em Ciências Sociais fornece-nos a “luz-guia” para a construção do TIA, em sintonia com as orientações de redacção de trabalhos da Academia Militar (Academia Militar, 2008) e como complemento as normas APA (American Psychological Association) vertidas em Sarmento (2008).

O presente trabalho encontra-se dividido em duas partes. A parte I fornece a sustentabilidade teórica ao trabalho de campo. Nesta Parte são enunciados todos os conceitos cruciais para o bom entendimento do tema que com este trabalho pretendemos explorar, sendo constituída por três Capítulos.

A parte II é constituída pelo trabalho de campo. Nesta parte é apresentada a colheita de dados efectuada, a sua análise e discussão, e posteriormente são enumeradas as conclusões retiradas da investigação efectuada, sendo também constituída por três Capítulos.

1.3 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

A investigação científica é um dos métodos mais fiáveis e rigorosos de aquisição de conhecimento, já que assenta num processo racional aceite consensualmente. (Fortin, 1996) “Este método de aquisição de conhecimentos é dotado de um poder descritivo e explicativo dos factos, dos acontecimentos e dos fenómenos...permite criar novos conhecimentos pelo desenvolvimento da teoria ou pela verificação da teoria” (Fortin, 1996, pp. 17, 19). Com o nosso trabalho pretendemos observar, descrever, interpretar o tema, o fenómeno, o objecto que nos propomos a investigar, sendo que, utilizamos como método de abordagem à investigação desenvolvida, a investigação qualitativa apoiada no raciocínio indutivo. (Fortin, 1996)

Havendo a consciência do parco conhecimento que o investigador possui sobre o fenómeno que esta investigação visa desenvolver, segundo Fortin (1996) o nível de conhecimento para a investigação deste tema insere-se no nível I. Assim, este trabalho utiliza como método de análise, o inquérito por entrevistas. (Fortin, 1996)

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPITULO 2 – SEGURANÇA

2.1 INTRODUÇÃO

“A globalização, fenómeno multifacetado de natureza política, económica, cultural e social de alcance civilizacional, tem repercussões directas e indirectas no campo da segurança. A globalização não aumentou apenas a intensidade das trocas e transacções societais transfronteiriças positivas (comunicações, cultura, pessoas, serviços, bens), mas também permite a transacção de riscos e ameaças.” (Teixeira, Lourenço, & Piçarra, 2006, p. 05)

Regredindo até à época da Guerra Fria, período em que o mundo vivia na iminência do eclodir de uma guerra nuclear que poderia vir a alterar as civilizações tal como as conhecemos, verificamos que o espectro de ameaças mudou radicalmente. O mundo político era bipolar e as suas ameaças estavam bem definidas (Garcia, 2005). “O paradigma das ameaças anteriores enfatizava uma estratégia de dissuasão, assente em forças nucleares e convencionais associadas a um governo” (Garcia, 2006). A origem das ameaças tradicionais era conhecida tal como a sua identificação e localização geográfica (Teixeira *et al.* 2006).

Contudo, na actual conjuntura mundial *“as novas ameaças são originadas por adversários múltiplos e polimorfos, não identificados e de difícil localização (...) com carácter assimétrico e transnacional e com elevada imprevisibilidade quanto à sua emergência (tempo, local, forma), intensidade e ritmo de evolução.”* (Teixeira *et al.* 2006, p. 04)

O final da guerra fria e o fenómeno da globalização, este auxiliado pela evolução informática que ocorreu nas últimas décadas (Brandão, p. 04), contribuíram

significativamente para o surgimento de actores não-governamentais, não-convencionais, dinâmicos, com formas de actuação desconhecidas e adaptadas às diversas legislações.

2.2 SEGURANÇA

A origem do termo provém, “do latim *securus*, aponta para um estado ou situação livre de perigo” (Alves, 2008, p. 43) A segurança é um conceito bastante abrangente, sendo utilizado com diversos objectivos, de forma que se torna tarefa de difícil concretização definir o que é a segurança. (Alves, 2008) O conceito de segurança depende do sujeito a que se aplica (indivíduo, sociedade ou Estado) e das áreas a que se destina, tais como “a política, a economia, a diplomacia, os transportes e comunicações, a educação e a cultura, a saúde, o ambiente, a ciência e a técnica” (Garcia, 2006, p. 01).

Apresentamos de seguida uma definição que nos parece pertinente, Alves (2008, p. 43) define segurança como “o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à conduta de actividades, no seu interior ou em seu proveito, sem rupturas”.

A segurança é um bem primordial que qualquer Estado deve fornecer aos seus cidadãos, pois são eles a razão da sua existência, de tal forma que a Constituição da República Portuguesa, no seu título de Direitos, Liberdades e Garantias, mais precisamente no art.º 27 consagra o direito à segurança como um direito fundamental que a todos pertence. O direito fundamental segurança é analisado em duas vertentes, tal como analisa Clemente *in* Rocha (2009, p. 22) “a vertente positiva da segurança, traduz-se no direito à protecção do concidadão, através do poder público, contra a agressão ou ameaça de outrem, enquanto, a dimensão negativa consubstancia-se no direito subjectivo à seguridade, ou seja, no direito de defesa, perante os eventuais actos injustos da Administração Pública”.

2.3 DA SEGURANÇA INTERNA

A Segurança Interna⁷ é definida pelo art.º 1º da Lei de Segurança Interna⁸ como *“a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger as pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.”*

Alves (2008, p. 30) fornece mais uma alusão à noção de SI. Segundo o autor “podemos considerar a Segurança Interna como um objectivo estratégico, sectorialmente delimitado mas reconhecidamente primordial, trata-se de garantir a situação de Segurança, da acção governativa, das populações, dos bens espirituais e materiais”.

O art.º 182º da CRP define sobre quem é o órgão de condução da política geral do país, neste caso o Governo.

Através do n.º 1 do art.º 7º da Lei 53/2008, comprovamos que cabe à Assembleia da República (AR), pela sua competência política, legislativa e financeira, o enquadramento da política de Segurança Interna e a fiscalização da sua execução.

O art.º 8º da LSI estatui “A condução da política de Segurança Interna é, nos termos da Constituição, da competência do Governo”, sendo que é a política de Segurança Interna que define os princípios, objectivos, prioridades, orientações e medidas a tomar pelo Governo de forma a garantir a prossecução da Segurança Interna em Território Nacional. A definição do que é a política de Segurança Interna encontra-se regulamentada no art.º 3º da LSI.

2.3.1 ACTORES QUE CONCORREM PARA A SEGURANÇA INTERNA

O nº1 do art.º 25º da LSI descreve-nos as FSS, como sendo organismos públicos que estão exclusivamente ao serviço do povo português, concorrendo para garantir a Segurança Interna e que são rigorosamente apartidários.

⁷ De referir a intenção da União Europeia em implementar uma Estratégia Europeia de Segurança Interna, em 23 de Fevereiro de 2010, a Presidência do Conselho apresentou o Projecto de Estratégia Europeia de Segurança Interna, um documento que surge no âmbito do Programa de Estocolmo e do Tratado de Lisboa, para mais informações consultar <http://tratados.wordpress.com/2010/04/07/estrategia-europeia-de-seguranca-interna-i/>.

⁸ Aprovada pela Lei N.º 53/2008 de 29 de Agosto.

As FSS que exercem funções de Segurança Interna encontram-se patentes no art. 25º da LSI e são elas:

- A Guarda Nacional Republicana;
- A Polícia de Segurança Pública (PSP);
- A Polícia Judiciária;
- O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Exercem funções de segurança nos termos da respectiva legislação que enquadra o seu funcionamento⁹.

- O Serviço de Informações e Segurança (SIS);
- Os órgãos da Autoridade Marítima Nacional;
- Os órgãos do Sistema da Autoridade Aeronáutica.

2.4 AS AMEAÇAS TRANSNACIONAIS

No sentido de enquadrar a Criminalidade Organizada como um desafio e ao mesmo tempo um risco à Segurança Nacional, vamo-nos cingir ao documento ministerial que orienta e delimita “o novo ambiente estratégico global que afecta, directa e indirectamente, Portugal (...) tendo consequências nas políticas públicas de segurança e defesa...”, (Conselho de Ministros, 2003, pp. 281,282) ou seja, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN).

A identificação das ameaças ao Território Nacional, encontra-se exposta no ponto 6 do CEDN, este documento identifica como ameaças relevantes à segurança de Portugal as seguintes:

- Terrorismo;
- proliferação não regulada de armas de destruição maciça;
- crime organizado transnacional;
- segurança energética.

As actividades preconizadas no CEDN que estão contextualizadas a nível da Defesa Nacional não se cingem a um único território. Poderão estar presentes num determinado

⁹ Orgânica da AMN instituída pelo Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de Março, Orgânica do SAE instituída pelo Decreto-Lei n.º 145/2007 de 27 de Abril;

conjunto de países o que efectivamente pode afectar a sua SI e a dos territórios envolventes.

Importa realçar para o âmbito deste estudo, as implicações que o Crime Organizado Transnacional pode ter na nossa SI.

São abundantes os documentos oficiais elaborados por entidades de relevo como a Europol¹⁰, a Eurojust¹¹ e a UE, que referem e chamam a atenção para o fenómeno da criminalidade organizada. Esta aproveitou-se das lacunas deixadas pelo efeito da globalização para atingir mercados e obter lucros elevados. As diferenças legislativas existentes no território da União Europeia, em que os diversos países possuem ordenamentos jurídicos distintos, que são susceptíveis de ser aproveitados pela Criminalidade Organizada também obrigam a maior atenção por parte das autoridades. (Davin, 2007)

Davin (2007, p. 08) induz uma visão pertinente *“A globalização crescente mundial alicerçada em trocas comerciais mais fáceis, na interdependência económica, numa circulação de capitais ágil e simplificada, baseada em comunicações rápidas bem como o recurso a tecnologia sofisticada sustentada em meios informáticos de última geração, para além de trazer numerosos e sensíveis benefícios para o crescimento desta também veio a acarretar efeitos perversos (...) noutra vertente, as reconhecidas vantagens do mercado único europeu em termos de liberdade de circulação de pessoas, bens e serviços também encerra o perigo (real) de permitir uma maior expansão da criminalidade organizada de cariz transnacional que utiliza as lacunas e disparidades existentes entre os diversos ordenamentos jurídicos para melhor se movimentar, expandir as suas actividades e, conseqüentemente, alargar a sua esfera de influência.”*

Embora não sendo relativo ao âmbito deste trabalho, importa referir que depois de feita uma análise a diversos documentos, verificamos que a visão global da UE, no Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia em Matéria de Segurança¹² elaborado pelo

¹⁰ A Europol, criada pela Convenção de 26 de Julho de 1995, é a Agência Policial Europeia, que visa melhorar a eficácia e a cooperação das autoridades competentes nos Estados-Membros em matéria de prevenção e combate ao terrorismo, o tráfico ilícito de droga e outras formas graves de criminalidade organizada, esta lança relatórios anuais acerca do estado da Segurança Interna na Europa e mais especificamente, o tratamento de informação relacionado com as ameaças a nível de crime organizado, consultar em <http://www.europol.europa.eu/index.asp?page=publications&language;>

¹¹ A Eurojust é uma unidade criada pelo Conselho Europeu de Tampere para reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade organizada, auxiliando a cooperação judiciária entre os Estados membros, consultar em [http://www.eurojust.europa.eu/;](http://www.eurojust.europa.eu/)

¹² Em <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>, o relatório sobre a execução da estratégia europeia de segurança identifica como ameaças à segurança europeia, a proliferação de armas

Conselho da União Europeia em 2008 difere comparativamente ao CEDN em relação ao quadro de ameaças vigente.

2.5 CRIMINALIDADE ORGANIZADA

2.5.1 CONCEITO

São várias as definições que podemos encontrar de CO¹³ ou Organização Criminosa¹⁴, neste trabalho iremos apresentar a definição dada pela Organização das Nações Unidas¹⁵, pela União Europeia¹⁷, pelo Código Penal Português e por um autor¹⁸ que achamos pertinente referir.

A Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta-nos a seguinte definição, “Grupo criminoso organizado – um grupo estruturado de três ou mais pessoas, existindo durante um período de tempo e actuando concertadamente com a finalidade de cometer um ou mais crimes graves (...) com a intenção de obter directa ou indirectamente, um benefício económico ou outro benefício material.”

A UE considera Organização criminosa como, *“a associação estruturada de mais de duas pessoas, que se mantém ao longo do tempo e actua de forma concertada, tendo em vista a prática de infracções passíveis de pena privativa de liberdade ou medida de segurança privativa de liberdade cuja duração máxima seja, pelo menos, igual ou superior a quatro anos, ou de pena mais grave, com o objectivo de obter, directa ou indirectamente, benefícios financeiros ou outro benefício material”*

de destruição maciça, o Terrorismo, a Criminalidade Organizada, a Ciber-segurança, a Segurança energética e as Alterações climáticas.

¹³ O presente estudo, por questões relacionadas com o limite de páginas a que uma dissertação deste género é submetida, não aborda as origens e evolução do Crime Organizado, contudo, para mais informações sobre esta temática, vide Davin (2007).

¹⁴ De relevo a consulta do site do Serviço de Informações e Segurança acerca das principais organizações criminosas mundiais, consultar em <http://www.sis.pt/pt/index.php>.

¹⁵ Definição avançada na Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Transnacional, consultar em <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/onu/GuiaConv.pdf>.

¹⁶ A Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Transnacional, foi ratificada em Portugal pelo Decreto do Presidente da República n.º 19/2004 de 02 de Abril, consultar em <http://dre.pt/pdf1sdip/2004/04/079A00/20802080.pdf>.

¹⁷ Definição avançada na Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho de 24 de Outubro de 2008, consultar em http://www.cmvm.pt/NR/rdonlyres/EDB0294D-4AE7-4AA1-AAA4-E79BC1029B40/10805/Decisaoquadro2008_841_JAI.pdf.

¹⁸ Em “A Criminalidade Organizada Transnacional – A Cooperação Judiciária e Policial na UE”, por João Davin.

O art.º 299¹⁹ do Código Penal Português²⁰ caracteriza a Associação Criminosa²¹, como sendo um conjunto de pelo menos três pessoas, actuando concertadamente durante um certo período de tempo cuja finalidade seja dirigida à prática de um ou mais crimes.

Davin (2007, p. 107) caracteriza criminalidade organizada como sendo “a associação de duas ou mais pessoas criada com o objectivo de cometer, de forma permanente ou sistemática, crimes.”

2.5.2 ACTIVIDADES DE ACTUAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO

Os nichos de mercado (Davin, 2007) utilizados pela Criminalidade Organizada são abrangentes e de extrema sensibilidade. Nesta secção vamos apresentar três visões acerca das áreas em que o CO actua.

O Conselho da União Europeia, no seu projecto de Estratégia Europeia de Segurança Interna²², define as áreas de actuação do CO como sendo, o tráfico de droga, os crimes económicos, o tráfico humano, o auxílio à imigração ilegal, o tráfico de armas, a pornografia infantil e a exploração sexual de menores, os crimes violentos, a lavagem de dinheiro e a falsificação de documentos.

A Europol, no seu relatório anual de 2008²³ enumera as seguintes áreas de actuação do CO, o tráfico de droga, em especial as drogas sintéticas, o tráfico de seres humanos e auxílio à imigração ilegal, os crimes económicos, a contrafacção de moeda e a lavagem de dinheiro.

Segundo Davin (2007) as actividades criminais do CO baseiam-se no tráfico de estupefacientes, no tráfico de pessoas, no tráfico e viciação de veículos automóveis, no tráfico de substâncias nucleares e no branqueamento de capitais.

Parece-nos bastante importante a visão de Davin (2007, p. 48) acerca das actividades e áreas de actuação do CO, *“Existem novas realidades criminais que se encontram em expansão (...) reconhece-se que há (...) um aumento da procura de bens e serviços de cariz lícito mas cuja procura não é completamente satisfeita pela oferta (...) isso*

¹⁹ Consultar art.º 299º do CP no anexo I.

²⁰ Aprovado pela Lei n.º 59/2007.

²¹ Ver no anexo L a variação positiva 2008/2009 do crime de associação criminosa.

²² Consultar em <http://tratados.wordpress.com/2010/04/07/estrategia-europeia-de-seguranca-interna-i/>.

²³ Disponível em <http://www.europol.europa.eu/index.asp?page=publications&language=>.

sucede nomeadamente quando tais bens ou serviços atingem um preço demasiado alto no mercado lícito (...) quando tal se verifica, ou seja, uma vez que o mercado legal não corresponde à procura existente, verifica-se um enfiamento desta que se vai abastecer, prioritariamente, no mercado paralelo. Esse mercado paralelo é abastecido pelas organizações criminosas que identificam com particular acuidade estes nichos de mercado.”

CAPITULO 3- ÓRGÃOS NACIONAIS PARA A COOPERAÇÃO EUROPEIA EM MATÉRIA DE SEGURANÇA INTERNA

3.1 INTRODUÇÃO

O fenómeno da globalização a que assistimos nos últimos anos provocou profundas alterações na autoridade dos Estados. Estes actualmente têm dificuldade em controlar e delimitar as trocas e movimentações que ocorrem, de dentro para fora e vice-versa, no território delimitado pelas linhas fronteiriças. Os diversos Tratados Europeus instituídos, de realçar o Tratado de Maastricht²⁴, instituíram um novo conceito de circulação entre fronteiras de Estados o que veio permitir a livre circulação de pessoas e bens entre os diversos territórios da UE. Esta profunda alteração obrigou a que a UE institísse mecanismos de fiscalização e controlo a nível europeu, de forma a, prevenir, actuar e reprimir a prática de actos ilícitos. (Sousa, 2006, p. 287). Tendo em conta a elevada flexibilidade do CO de se adaptar às mudanças do ambiente político, económico, social, legal e tecnológico em que se encontra, foi necessário estabelecer instrumentos de controlo e fiscalização. Nesta secção iremos abordar os órgãos responsáveis pela cooperação policial a nível europeu.

²⁴ Tratado assinado em 07 de Fevereiro de 1992, que alterou o nome de Comunidade Europeia para União Europeia, a UE passou a basear-se em três pilares, Comunidades Europeias, Política Externa e de Segurança Comum e a Cooperação Policial e Judiciária em Matéria Penal, consultar em http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs/institutional_and_economic_framework/treaties_maastricht_pt.htm.

3.2 CENTROS DE COOPERAÇÃO POLICIAL E ADUANEIRA

Os Centros de Cooperação Policial e Aduaneira²⁵ (CCPA) resultam da aprovação do Decreto n.º 13/2007 de 13 de Julho.

“Os CCPA constituem unidades de recolha e troca de informação e de ligação operacional destinadas a desenvolver, na zona de fronteira comum (fronteiras internas), a cooperação luso-espanhola em matéria policial e aduaneira” (MAI, 2010, p. 109)

Como consta no n.º 1 do art.º 5º do Decreto n.º 13/2007 de 13 de Julho, estes órgãos têm como principais actividades:

- Recolha e intercâmbio de informações pertinentes;
- Prevenção e repressão das formas de criminalidade previstas na alínea a) do n.º 4 do art.º 41º da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen²⁶ (CAAS);
- Execução das medidas relativas à readmissão de pessoas em situação irregular;
- Apoio às vigilâncias e perseguições transfronteiriças tal como previsto no art.º 40º e 41º da CAAS;
- Coordenação de medidas conjuntas de patrulhamento na zona fronteiriça.

3.3 GABINETE SIRENE

Para abordarmos a existência deste Gabinete, primariamente teremos que revelar a razão da sua existência, o Sistema de Informações Schengen (SISH)²⁷. O SISH deriva da adesão dos Estados Membros Europeus ao Acordo de Schengen²⁸. Com a supressão dos pontos de controlo fronteiriços houve a necessidade de estabelecer novos mecanismos de controlo que fornecessem capacidade de auxílio à segurança dos Estados, pelo que lhes é determinado a criação de uma base de informações comum a todos Estados Europeus aderentes ao Acordo Schengen.

²⁵ Para um melhor aprofundamento e enquadramento, vide Acordo Luso-Espanhol sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira, assinado em Évora em 19 de Novembro de 2005.

²⁶ Vide CAAS em <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/ue/schb-9.html>.

²⁷ Esta base de dados está regulada no art.º 92º a 118º da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen.

²⁸ Convenção assinada em 19 de Junho de 1990, relativa à supressão dos controlos de fronteira comuns entre os Estados Membros (CAAS).

O SISH mais não é que “uma base de dados policiais comum a todos os Estados Shengen, que centraliza informações relativas a estrangeiros inadmissíveis, pessoas procuradas para detenção com vista à extradição, pedidos judiciais de paradeiro, pessoas desaparecidas, pessoas ou veículos para submeter a vigilância discreta ou controlo específico, bem como a veículos, armas, notas de banco e documentos emitidos e em branco para apreensão” (MAI, 2010, p. 113)

Para o SISH funcionar é necessária uma estrutura, isto é, uma interface humana que possa operar o sistema, que possa introduzir, modificar, gerir e retirar informações do SISH²⁹. Neste sentido foi criado o Gabinete SIRENE. (Teixeira *et al.* 2006, p.74)

O Gabinete Nacional SIRENE foi criado através do Decreto-Lei (DL) N.º 292/94 de 16 de Novembro, dependendo do Ministério da Administração Interna³⁰ e está integrado no Gabinete Coordenador de Segurança tal como especifica o n.º 8 do art.º 21º da Lei n.º 53/2008³¹.

3.4 UNIDADE NACIONAL EUROPOL

A convenção que aprovou a criação do Serviço Europeu de Polícia, no seu art.º 4º, determinou aos Estados-Membros, a criação de uma Unidade Nacional da Europol³², com a missão de facultar à Europol dados e informações, responder a pedidos de dados, informações e consultas da Europol, manter actualizada a base de dados, explorar e difundir os dados e informações em proveito dos serviços nacionais competentes e realizar consultas, pedidos de dados e informações e de análises à Europol. Contudo, as Unidades Nacionais não são obrigadas a transmitir informações se com isso lesarem interesses fundamentais da segurança nacional ou comprometerem uma investigação em curso ou segurança de uma pessoa. (Teixeira *et al.* 2006)

²⁹ Estas medidas de operatividade do sistema são feitas mediante instrução, requisição ou delegação de autoridade judiciária ou administrativa ou a pedido de força ou serviços de segurança, ver alínea a) do art.º 3º do Decreto-lei n.º 292/94 de 16 de Novembro.

³⁰ Art.º 1º do Decreto-lei n.º 292/94 de 16 de Novembro.

³¹ Lei de Segurança Interna.

³² A Europol ou Serviço Europeu de Polícia, com sede em Haia, foi criada pela Convenção de 26 de Julho de 1995, é a Agência Policial Europeia, que visa melhorar a eficácia e a cooperação das autoridades competentes nos Estados-Membros em matéria de prevenção e combate ao terrorismo, tráfico ilícito de droga e outras formas graves de criminalidade organizada (Europol, 2010).

A Unidade Nacional Europol, está integrada na Polícia Judiciária (PJ), tal como constante no art.º 5º da sua Lei Orgânica³³.

3.5 GABINETE NACIONAL INTERPOL

A Interpol mais não é que uma organização mundial de cooperação policial. Este Gabinete funciona na dependência da PJ, conforme o n.º 2 do art.º 5º da Lei Orgânica³⁴ da PJ. Constitui-se também como mais um órgão que se afigura como essencial para a prevenção, controlo e repressão da Criminalidade Organizada.

3.6 A AGÊNCIA EUROPEIA DE GESTÃO DE COOPERAÇÃO OPERACIONAL NAS FRONTEIRAS EXTERNAS DOS ESTADOS-MEMBROS

A Agência Europeia de Gestão de Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros (FRONTEX) foi criada a 01 de Maio de 2005.

Esta agência tem como objectivo principal, segundo Teixeira *et al.* (2006, p. 78) “...facilitar e tornar mais eficaz a aplicação do dispositivo comunitário uniformizado em matéria de gestão das fronteiras externas, assegurando a coordenação das acções dos Estados-Membros neste domínio e contribuindo para a eficácia, a qualidade e a uniformidade do controlo de pessoas e da vigilância das fronteiras externas da UE.”

³³ Lei n.º 37/2008 de 06 de Agosto.

³⁴ Lei n.º 37/2008 de 06 de Agosto.

3.7 OS ÓRGÃOS CENTRAIS DE COOPERAÇÃO POLICIAL E OS PONTOS DE CONTACTO DAS REDES DE COOPERAÇÃO POLICIAL

A subscrição do Acordo Schengen motivou que os Estados aderentes procedessem à criação de órgãos centrais de cooperação policial e pontos de contacto das redes de cooperação policial. Este facto, deriva da necessidade de existir uma actuação concertada e pronta a responder a qualquer momento, a qualquer problema que surja no âmbito do Acordo Schengen.

Temos diversas matérias que justificam a criação destas entidades, entre outras, os pedidos de assistência que os Estados-Membros se comprometam a prestar, a comunicação de informações que se revelem cruciais para um Estado, que no entanto não as requereu, a aplicação do regime de vigilância transfronteiriça e perseguição transfronteiriça e a troca de informações e cooperação em matéria de terrorismo. (Teixeira *et al.* 2006)

De facto, é de todo o interesse que estes órgãos estejam subordinados ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna que está encarregue da coordenação das Forças e Serviços de Segurança (FSS). (Teixeira *et al.* 2006)

CAPITULO 4 – PRINCIPAIS INSTRUMENTOS JURIDICOS

4.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo abordaremos os principais instrumentos jurídicos nacionais que, decorrendo da intenção do legislador, foram construídos de forma a dinamizar o combate ao CO. Por motivos de limitação de páginas, não abordaremos a legislação que enquadra o funcionamento e actuação das forças policiais, referimo-nos a leis como o Código Penal³⁵, o Código de Processo Penal³⁶ e as Leis Orgânicas dos Ministérios.

4.2 INSTRUMENTOS JURIDICOS QUE ENQUADRAM O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO A NÍVEL DA SEGURANÇA INTERNA

4.2.1 LEI DE SEGURANÇA INTERNA

A Lei n.º 53/2008 é o documento por excelência que orienta a actividade da Segurança Interna no nosso país. A actual LSI³⁷ veio introduzir necessárias adaptações à lei que a antecedia, Lei n.º 20/87 de 20 de Julho, esta por sua vez estava desajustada à actual conjuntura de ameaças e riscos identificadas³⁸ (anteriormente abordadas).

³⁵ Aprovado pela Lei n.º 59/2007 de 04 de Setembro.

³⁶ Aprovado pela Lei n.º 48/2007 de 29 de Agosto.

³⁷ Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto.

³⁸ A RCM n.º 45/2007 de 19 de Março, que promove a aprovação de uma nova Lei de Segurança Interna (actual Lei n.º 53/2008) incide essa visão na sua alínea a) do n.º 1.

Destacamos a criação de um Sistema de Segurança Interna³⁹, ao qual se acrescenta uma figura que o preside, o SG-SSI. Este funciona na directa dependência do Primeiro-Ministro, ou por delegação, no Ministro da Administração Interna e é equiparado a Secretário de Estado⁴⁰, exercendo funções de coordenação, direcção, controlo e comando operacional sobre as FSS. Estes poderes são devidamente delimitados por lei⁴¹.

De realçar o facto de o art.º 35º da LSI⁴², possibilitar a colaboração das Forças Armadas (FA) em matéria de Segurança Interna, em que compete ao SG-SSI e ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) assegurarem entre si a articulação operacional dessa mesma colaboração. Esta é uma prova do actual ciclo histórico que vivemos a nível de segurança. Ou seja, pretende-se que as FA auxiliem as FSS no cumprimento da missão de Segurança Interna, dado que, e como referimos anteriormente, não existe mais separação definida entre ameaças externas e ameaças internas, motivo pelo qual fazemos referência, neste estudo, à Lei de Defesa Nacional e ao conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Por último, fazemos referência às alterações que as medidas de polícia foram sujeitas relativamente à anterior LSI⁴³, estas foram revistas e melhoradas, sendo que houve outras medidas de polícia que foram acrescentadas.

O art.º 28º da nova LSI transmite as seguintes medidas de polícia:

- A identificação de pessoas suspeitas que se encontrem ou circulem em lugar público, aberto ao público ou sujeito a vigilância policial;
- A interdição temporária de acesso e circulação de pessoas e meios de transporte a local, via terrestre, fluvial, marítima ou aérea;
- A evacuação ou abandono temporários de locais ou meios de transporte;
- Considera-se também medida de polícia a remoção de objectos, veículos ou outros obstáculos colocados em locais públicos sem autorização que impeçam ou condicionem a passagem para garantir a liberdade de circulação em condições de segurança;

³⁹ Ver organograma do Sistema de Segurança Interna no anexo M.

⁴⁰ Art.º 14º da LSI.

⁴¹ Art.º 16º, 17º, 18º e 19º da LSI.

⁴² Ver extracto da LSI no anexo J.

⁴³ Lei n.º 20/87 de 12 de Julho.

O art.º 29º transmite as medidas especiais de polícia:

- A realização, em viatura, lugar público, aberto ao público ou sujeito a vigilância policial, de buscas e revistas para detectar a presença de armas, substâncias ou engenhos explosivos ou pirotécnicos, objectos proibidos ou susceptíveis de possibilitar actos de violência e pessoas procuradas ou em situação irregular no território nacional ou privadas da sua liberdade;
- A apreensão temporária de armas, munições, explosivos e substâncias ou objectos proibidos, perigosos ou sujeitos a licenciamento administrativo prévio;
- A realização de acções de fiscalização em estabelecimentos e outros locais públicos ou abertos ao público;
- As acções de vistoria ou instalação de equipamentos de segurança;
- O encerramento temporário de paióis, depósitos ou fábricas de armamento ou explosivos e respectivos componentes;
- A revogação ou suspensão de autorizações aos titulares dos estabelecimentos referidos na alínea anterior;
- O encerramento temporário de estabelecimentos destinados à venda de armas ou explosivos;
- A cessação da actividade de empresas, grupos, organizações ou associações que se dediquem ao terrorismo ou à criminalidade violenta ou altamente organizada;
- A inibição da difusão a partir de sistemas de radiocomunicações, públicos ou privados, e o isolamento electromagnético ou o barramento do serviço telefónico em determinados espaços;

O art.º 16º da anterior LSI consubstancia as seguintes medidas de polícia:

- Vigilância policial de pessoas, edifícios e estabelecimentos por período de tempo determinado;
- Exigência de identificação de qualquer pessoa que se encontre ou circule em lugar público ou sujeito a vigilância policial;
- Apreensão temporária de armas, munições e explosivos;
- Impedimento da entrada em Portugal de estrangeiros indesejáveis ou indocumentados;

- Accionamento da expulsão de estrangeiros do território nacional;

Ainda como medidas especiais de polícia temos:

- Encerramento temporário de paióis, depósitos ou fábricas de armamento ou explosivos e respectivos componentes;
- Revogação ou suspensão de autorizações aos titulares dos estabelecimentos referidos na alínea anterior;
- Encerramento temporário de estabelecimentos destinados à venda de armas ou explosivos;
- Cessação da actividade de empresas, grupos, organizações ou associações que se dediquem a acções de criminalidade altamente organizada, designadamente de sabotagem, espionagem ou terrorismo ou   preparação, treino ou recrutamento de pessoas para aqueles fins;

Há que realçar a inclusão nas medidas de polícia, a interdição temporária de acesso e circulação de pessoas e meios de transporte a local, via terrestre, fluvial, marítima ou  rea. A remoção de objectos, veículos ou outros obstáculos colocados em locais públicos sem autorização que impeçam ou condicionem a passagem para garantir a liberdade de circulação em condições de segurança.

Nas medidas especiais de polícia realçamos, a realização, em viatura, lugar público, aberto ao público ou sujeito a vigilância policial, de buscas e revistas para detectar a presença de armas, substâncias ou engenhos explosivos ou pirotécnicos, objectos proibidos ou susceptíveis de possibilitar actos de violência e pessoas procuradas ou em situação irregular no território nacional ou privadas da sua liberdade. A realização de acções de fiscalização em estabelecimentos e outros locais públicos ou abertos ao público. Acções de vistoria ou instalação de equipamentos de segurança. A inibição da difusão a partir de sistemas de radiocomunicações, públicos ou privados, e o isolamento electromagnético ou o barramento do serviço telef nico em determinados espaços.

4.2.2 LEI DA ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Aprovada pela Lei n.º 49/2008 de 27 de Agosto, este diploma regula a actividade da Investigação Criminal por parte dos Órgãos de Polícia Criminal. O seu conteúdo define o que é a Investigação Criminal e a que órgão compete a sua direcção. Define quais os Órgãos de Polícia Criminal existentes e a competência de cada um deles. Estabelece a forma de coordenação dos Órgãos de Polícia Criminal e atribui ao Procurador-Geral da República a competência de fiscalização da actividade dos Órgãos de Polícia Criminal.

4.2.3 LEI QUADRO DA POLITICA CRIMINAL

Bienalmente, após proposta do Governo⁴⁴, são definidos pela AR, os objectivos, prioridades e orientações de política criminal. A Lei n.º 38/2009 de 20 de Julho definiu como objectivos específicos da política criminal, entre outros, a prevenção, repressão e redução da criminalidade organizada⁴⁵. Daqui se retira a importância atribuída pelos órgãos condutores da política criminal do nosso país ao fenómeno da criminalidade organizada.

4.2.4 LEI DAS ARMAS

Segundo o art.º 1º da Lei nº 17/2009 de 06 de Maio, a Lei das Armas estabelece o regime jurídico relativo ao fabrico, montagem, reparação, importação, exportação, transferência, armazenamento, circulação, comércio, aquisição, cedência, detenção, manifesto, guarda, segurança, uso e porte de armas, seus componentes e munições, bem como o enquadramento legal das operações especiais de prevenção criminal.

Esta nova Lei veio implementar medidas referentes à detenção, prisão preventiva e agravação das penas aplicáveis a quem cometa tráfico de armas ou pratique crimes com recurso a armas legais ou ilegais, de fogo ou outra natureza.

Outro dos pontos que veio reforçar assenta no controlo do licenciamento, comércio e utilização de armas e munições.

⁴⁴ Art.º 7º da Lei 17/2006 de 23 de Maio, aprova a Lei Quadro de Política Criminal.

⁴⁵ Alínea a) do art.º 2º da Lei n.º 38/2009 de 20 de Julho.

A nova lei das armas é vista como sendo um “remendo” à revisão do Código de Processo Penal que aconteceu em 2007, já que se considera que as alterações realizadas no Código de Processo Penal foram escassas. (Rodrigues, 2010)

Um dos objectivos específicos da Lei n.º 38/2009⁴⁶ é a prevenção, repressão, redução da criminalidade organizada, o que inclui neste âmbito, os crimes cometidos com armas e a associação criminosa dedicada, entre outras, ao tráfico de armas.

4.2.5 MEDIDAS DE COMBATE À CRIMINALIDADE ORGANIZADA E ECONÓMICO-FINANCEIRA

Esta Lei⁴⁷ estabelece um conjunto de medidas específicas no controlo e combate e combate à criminalidade organizada, estabelecendo um regime especial de recolha de prova, quebra do segredo profissional e perda de bens a favor do Estado, como consta no n.º 1 do art.º 1º da Lei n.º 05/2002. Esta mesma norma estabelece também quais os crimes abrangidos pelas medidas implementadas por esta Lei.

O presente instrumento jurídico é especialmente vocacionado para o combate ao crime organizado, tal como referiu o ex-Ministro da Justiça (Dr. António Costa) aquando da apresentação deste diploma legal, “... constitui um sinal muito claro para o conjunto da sociedade portuguesa, os agentes económicos, a administração pública, as magistraturas, a polícia, que o poder político democrático entende ser prioritário o combate à criminalidade organizada...” (Costa *in* Davin, 2007, p. 103)

4.2.6 REGIME JURÍDICO DAS ACÇÕES ENCOBERTAS PARA FINS DE PREVENÇÃO E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Este instrumento estabelece o regime jurídico das acções encobertas para fins de prevenção e investigação criminal⁴⁸. O n.º 2 do art.º 1º do diploma estabelece acções encobertas como

⁴⁶ Define os objectivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2009-2011.

⁴⁷ Lei n.º 05/2002 de 11 de Janeiro.

⁴⁸ Aprovado pela Lei n.º 101/2001 de 25 de Agosto;

sendo aquelas que são desenvolvidas por funcionários de investigação criminal ou por terceiro actuando sob o controlo da PJ para prevenção ou repressão dos crimes indicados no art.º 2º da mesma Lei, com ocultação da sua qualidade e identidade.

A alínea *i*) do art.º 2º especifica o recurso às acções encobertas nos crimes de associação criminosa e outros que segundo as tipologias de actividades descritas no nosso Capítulo 2 se podem inserir no âmbito do CO. Este tipo de actuação é susceptível de se constituir como essencial e eficaz em investigações policiais que se destinem a combater o CO.

4.2.7 LEI DA COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL

Esta Lei⁴⁹ estabelece os princípios de cooperação judiciária internacional em matéria penal, cooperação que assenta segundo o art.º 1º do mesmo diploma, em matérias de extradição, transmissão de processos penais, execução de sentenças penais, transferência de pessoas condenadas a penas e medidas de segurança privativas da liberdade, vigilância de pessoas condenadas ou libertadas condicionalmente e no auxílio judiciário mútuo em matéria penal⁵⁰. A Lei 104/2001 de 25 de Agosto introduziu algumas alterações à Lei n.º 144/99 de 31 de Agosto a nível das entregas controladas e vigiadas, a cooperação a nível europeu para o combate ao CO é um dos temas prioritários em agenda europeia, como consta no projecto de elaboração de um conceito estratégico de combate ao CO⁵¹.

Devido ao carácter transnacional das actividades desenvolvidas pelo CO, este diploma afigura-se como bastante importante para o combate ao CO.

⁴⁹ Lei 144/99 de 31 de Agosto, com as alterações dadas pela Lei 104/2001 de 25 de Agosto.

⁵⁰ Nesta matéria, foi ratificada em 29 de Maio de 2000 pelos Estados-Membros a Convenção relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal, Convenção ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 53/2001 de 16 de Outubro, desta convenção destaca-se a criação das equipas de investigação conjuntas.

⁵¹ Consultar em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0232:FIN:PT:PDF>.

4.2.8 MEDIDAS PARA PROTECÇÃO DE TESTEMUNHAS EM PROCESSO PENAL

Este diploma⁵² regula, segundo o n.º 1 do seu art.º 1º, a aplicação de medidas para protecção de testemunhas em processo penal quando a sua vida, integridade física ou psíquica, liberdade ou bens patrimoniais de valor consideravelmente elevado, sejam postos em perigo por causa do seu contributo, para a prova dos factos que constituem objecto do processo.

A protecção de testemunhas em processos de criminalidade organizada é essencial no combate ao CO. Desta forma, as pessoas, sejam elas ex-membros dessa organização ou não, que testemunhem contra membros de organizações criminosas, darão um maior contributo para provar a acusação que recaia sobre esses agentes criminosos.

4.2.9 INTEROPERABILIDADE ENTRE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL

Este diploma⁵³ surge pela necessidade de uma efectiva interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal, o que vinha já preconizado no art.º 11º da Lei n.º 49/2008⁵⁴.

Este intercâmbio de informação criminal é realizado por via electrónica entre os OPC, tal como estatui o n.º1 do art.º 2º da Lei n.º 73/2009 de 12 de Agosto. O n.º2 do mesmo artigo preceitua o objectivo da plataforma como sendo o de, realização de acções de prevenção e investigação criminal, com vista ao reforço da prevenção e repressão criminal.

O acesso a esta base de dados é feito estabelecido através de níveis credenciados de acesso. Este Sistema vai permitir a partilha e cruzamento de dados entre Polícias, ou seja, maior quantidade de informação vai estar disponível, de forma a ser dinamizada com o propósito de reprimir ilícitos criminais.

⁵² Lei n.º 29/2008 de 4 de Julho, primeira alteração à Lei n.º 93/99 de 14 de Julho.

⁵³ Lei n.º 73/2009 de 12 de Agosto.

⁵⁴ Lei n.º 49/2008 de 27 de Agosto, aprova a Lei da Organização da Investigação Criminal.

4.3 INSTRUMENTOS JURIDICOS QUE ENQUADRAM O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO A NÍVEL DA SEGURANÇA EXTERNA

4.3.1 LEI DA DEFESA NACIONAL

O n.º 1 do art. 1º da Lei Orgânica n.º 1-B/2009 refere que a defesa nacional tem por objectivos garantir a soberania do Estado, a independência nacional e a integridade territorial de Portugal, bem como assegurar a liberdade e a segurança das populações e a protecção dos valores fundamentais da ordem constitucional contra qualquer agressão ou ameaça externas.

Este documento é mais uma peça legislativa que fornece uma maior cobertura jurídica e uma maior aproximação no combate ao Crime Organizado. Como sabemos, o CO não se cinge às fronteiras de um só país, percorre vários caminhos no sentido de aproveitar as fragilidades dos Estados e assim maximizar os seus lucros.

A Lei de Defesa Nacional (LDN) prevê uma maior aproximação das FA à SI e à colaboração concertada com as FSS, esta ideia retira-se de alguns artigos. A título de exemplo, a alínea c) do n.º 1 do art.º 10º prevê que o Presidente da República seja informado acerca do emprego das FA em missões que envolvam a colaboração com as FSS contra agressões ou ameaças transnacionais. Por outro lado a alínea h) do n.º 3 do art.º 12º prevê que cabe ao Governo aprovar mecanismos que assegurem a cooperação entre as FA e as FSS.

Todo este conjunto integrado de matéria introduzida recentemente, relacionada com a colaboração de diversos actores na SI contribui para a conjugação de esforços em missões de SI. As alíneas e) e f) do n.º 1 do art.º 24º da LDN, vêm também sustentar esta ideia.

De realçar que o mesmo diploma prevê a articulação do CEMGFA com o SG-SSI, em matéria de Segurança Interna, conforme art.º 48º da LDN. No entanto, a articulação entre o CEMGFA e o SG-SSI não se encontra estipulada em lei, o que pode ser visto como uma lacuna que necessita de ser preenchida.

4.3.2 CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL

Decorrendo da Lei de Defesa Nacional⁵⁵, surge a aprovação do CEDN⁵⁶, documento que representa a visão de diversos sectores da sociedade relativamente à defesa nacional (Conselho de Ministros, 2003, p. 279). O CEDN contextualiza-se no art.º 7º da Lei Orgânica n.º 1-B/2009, e é determinado como a definição das prioridades do Estado em matéria de defesa, de acordo com o interesse nacional, e é parte integrante da política de defesa nacional.

A importância da identificação das ameaças à segurança de cada Estado é crucial para o desenvolvimento de estratégias de prevenção, cooperação entre países, dissuasão e repressão de potenciais perigos, por parte das autoridades competentes de cada Nação. (Teixeira *et al.* 2006, pp.11, 12)

O CEDN elenca as seguintes ameaças à Segurança de Portugal, o terrorismo, a proliferação não regulada de armas de destruição maciça, o crime organizado transnacional e a segurança energética.

⁵⁵ Lei Orgânica n.º 1-B/2009 de 07 de Julho.

⁵⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 06 de 2003.

PARTE II – TRABALHO DE CAMPO

CAPITULO 5 – METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO

5.1 INTRODUÇÃO

De acordo com Sarmento (2008, p. 07) “ as fases de um processo de investigação são exploratória, analítica e conclusiva”.

A parte I deste trabalho assentou na fase exploratória. Foram enunciados todos os conceitos necessários, no sentido de possibilitar a perfeita compreensão de toda a conjuntura que envolve o tema “Desafios que se colocam à Segurança Interna”.

Desta feita, chegamos à fase analítica, aqui pretendemos dar resposta às questões derivadas inicialmente formuladas e à pergunta de partida.

Como anteriormente foi referido, o nível de conhecimentos para a elaboração desta investigação insere-se no nível I, pelo que se optou por seguir um rumo de investigação que se baseia na investigação exploratória-descritiva. Este método tem como objectivos principais reconhecer, nomear, descrever e identificar determinado fenómeno. (Fortin, 1996)

Mais especificamente, utilizamos o método qualitativo para dar resposta à questão de partida e às questões derivadas inicialmente propostas. “A decisão de utilizar um método qualitativo...depende da questão da investigação, segundo esta sugira a exploração da experiência humana” (Fortin, 1996, p. 138) A escolha do método de recolha

de dados para esta investigação recaiu no inquérito por entrevista.

Segundo Fortin (1996, pp. 240, 263) *“Quando existem poucos conhecimentos sobre um fenómeno, como no estudo exploratório-descritivo (nível I), o investigador visa acumular a maior quantidade de informações possíveis, a fim de abarcar os diversos aspectos do fenómeno. São utilizados a este nível as observações, as entrevistas não estruturadas ou semi-estruturadas, os questionários semi-estruturados...A escolha entre a entrevista e o questionário depende do objectivo do estudo. A entrevista é o instrumento privilegiado nos estudos exploratórios-descritivos em que o investigador utiliza uma abordagem qualitativa.”*

“A entrevista é um modo particular de comunicação verbal, que se estabelece entre o investigador e os participantes com o objectivo de colher dados relativos às questões de investigação formuladas” (Fortin, 1996, p. 245)

Este método de recolha de dados, permite que o investigador retire dados muito ricos, que se revelam cruciais para dar resposta às perguntas que uma investigação deste tipo se propõe concretizar. (Quivy & Campenhoudt, 2008)

5.2 METODOLOGIA APLICADA

Através da entrevista a entidades devidamente credenciadas na área a que esta investigação se subordina, pretendeu-se recolher testemunhos privilegiados que de facto, abarcaram consigo um enorme contributo para dar resposta às questões de partida formuladas por esta investigação.

Foram escolhidos como entrevistados, “...testemunhas privilegiadas. Trata-se de pessoas que, pela sua posição, acção ou responsabilidades têm um bom conhecimento do problema.” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 71)

A entrevista realizada assumiu o carácter de entrevista semi-directiva, pois *“...é semidirectiva no sentido que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas...o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas...mas não colocará necessariamente todas as perguntas pela ordem em que as anotou e sob a formulação prevista.”* (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 192)

Juntamente com o Guião de Entrevista, foi também construída uma Carta de Apresentação em que se explicaram os objectivos e propósito da entrevista, para uma melhor

compreensão do entrevistado, acerca dos objectivos e importância da realização da entrevista para o sucesso da investigação.

5.3 CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS

A escolha dos inquiridos baseou-se na sua intervenção na área da Segurança Interna, mais especificamente no contacto com o Crime Organizado.

“...para garantir que a investigação abordou a realidade considerando as variações necessárias, é preciso assegurar a presença da diversidade dos sujeitos ou das situações em estudo...interrogar os sujeitos cujas opiniões sejam heterogéneas, reportando-se a um leque variado de situações” (Guerra, 2006, p. 41) Tendo presente o objecto desta investigação, não faria sentido que o método de colheita de dados não fosse transversal ao leque das FSS, sendo que foi escolhida uma entidade da GNR, da PSP e do SIS. Para finalizar, procuramos recolher o testemunho do Exmo. Director do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT) e o Exmo. Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. De realçar que foi estabelecido contacto com uma entidade da PJ para recolha de entrevista, no entanto, até ao momento da impressão desta investigação, tal entrevista não foi por nós recebida. Por sua vez, estas entidades possuem determinados requisitos que preenchem as necessidades do objectivo da entrevista:

- Têm funções num nível de visão estratégica, sendo assim as entidades com o maior conhecimento de causa sobre as leis actuais e a sua aplicação pelas forças que estão abaixo da sua posição;
- Possuir a sabedoria e experiência necessária para o âmbito do objecto de estudo desta investigação, o que possibilitou recolher testemunhos valiosos acerca da problemática da nossa investigação.

Quadro 5.1 Caracterização dos inquiridos.

ENTREVISTADO	GÉNERO	Entidade/Instituição	FUNÇÃO
Entrevistado n.º 1 Exmo. Juiz Conselheiro Mário Mendes	Masculino	Sistema de Segurança Interna	Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna
Entrevistado n.º 2 Exmo. Prof. Dr. Manuel Anes	Masculino	OSCOT	Presidente do OSCOT
Entrevistado n.º 3 Coronel Borges	Masculino	GNR	Director da Direcção de Informações do Comando Operacional da GNR
Entrevistado n.º 4 Tenente-Coronel Rocha	Masculino	MAI	Assessor de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna
Entrevistado n.º 5 Intendente Teixeira	Masculino	PSP	Chefe de Gabinete do Director Nacional da PSP
Entrevistado n.º 6 Ana Barquina	Feminino	SIS	Directora de Área

Assim, pretendemos dar uma perspectiva geral das Forças de Segurança e outras entidades de destaque no âmbito da criminalidade organizada, que de facto assumem uma posição privilegiada no que toca à problemática do Crime Organizado.

CAPITULO 6 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

6.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta os resultados do método de colheita de dados. As entrevistas realizadas foram alvo de uma análise de conteúdo.

Foram construídos quadros-sinopse, um para cada questão constante na entrevista, no qual surgem as principais ideias da resposta dos entrevistados a essa mesma questão. “As sinopses são sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistados.” (Guerra, 2006, p. 73) Pretendeu-se com este quadro estabelecer com a maior fidelidade o resumo das respostas dos entrevistados. A partir dos quadros-sinopse retirou-se a respectiva crítica e conclusão de cada questão.

6.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS APLICADAS

QUESTÃO N.º1: O crime organizado não é um fenómeno recente. Tendo por base esta premissa, acha que este fenómeno tem tido o acompanhamento legislativo nacional (ao nível da sua prevenção, da sua identificação e da sua repressão) adequado?

QUADRO 6.1: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º1.

ENTREVISTADO	ARGUMENTAÇÃO
Exmo. Juiz Conselheiro Mário Mendes	<ul style="list-style-type: none"> • O acompanhamento legislativo tem sido adequado, e tem sido essencialmente “reactivo”; • Tratando-se de um fenómeno internacional, de relevar que as normas jurídicas são na sua maioria de natureza internacional;
Prof. Dr. Manuel Anes	<ul style="list-style-type: none"> • Tem havido progressos na nossa legislação, sobretudo a nível europeu; • Os instrumentos legislativos são cada vez mais adequados;
Cor Borges	<ul style="list-style-type: none"> • O quadro legislativo é suficiente; • Tem tido o acompanhamento legislativo adequado; • O actual quadro legislativo dá as garantias necessárias para o cumprimento da missão das FSS;
Ten Cor Rocha	<ul style="list-style-type: none"> • Existe o problema a montante, que, impende sobre as diversas interpretações sobre o conceito de crime organizado, não existindo uma correcta caracterização e definição do conceito de CO; • A acção legislativa, regra geral, persegue os fenómenos ao invés de os preceder; • As condutas ilícitas tradicionalmente associadas ao crime organizado encontram-se, de uma forma geral, devidamente tipificadas e com mecanismos de repressão adequados, factos que se podem constituir como um forte factor de prevenção;
Intendente Teixeira	<ul style="list-style-type: none"> • O quadro legislativo português soube sempre adaptar-se à CO e acompanhar devidamente este fenómeno; • O actual quadro legislativo é equilibrado e satisfatório;
Exma. Dra. Ana Barquina	<ul style="list-style-type: none"> • A legislação nacional tem sofrido uma evolução positiva; • No entanto importará desenvolver uma devida monitorização dos seus efeitos práticos reais e uma devida afectação de meios e medidas operacionais;

Nesta questão pretendeu-se verificar a adequação do acompanhamento legislativo dos instrumentos legislativos que enquadram o combate ao CO nos últimos anos. Todos os entrevistados afirmam que o acompanhamento legislativo tem sido adequado e que o quadro legislativo é suficiente. O Juiz Conselheiro Mário Mendes e o Professor Manuel Anes afirmam que este acompanhamento adequado deriva sobretudo de normas internacionais. O Juiz Conselheiro Mário Mendes e o Tenente-Coronel Rocha declaram ainda que este acompanhamento legislativo possui um carácter reactivo e não de precedência em relação às actividades do CO. O Tenente-Coronel Rocha considera que existe outro problema a montante, que é o facto de não existir uma única aceção e

interpretação sobre a definição de CO, o que pode provocar desvios no sentido de o acompanhamento legislativo ser claro e correcto. A Dra. Ana Barquina considera ainda que neste âmbito, importa desenvolver uma devida monitorização dos efeitos práticos reais dos instrumentos legislativos e uma devida afectação de meios e medidas operacionais.

QUESTÃO N.º2: A nova Lei de Defesa Nacional inclui as Forças Armadas em missões de Segurança Interna, acha que este facto veio permitir um maior enquadramento e cobertura no combate ao crime organizado?

QUADRO 6.2: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º2.

ENTREVISTADO	ARGUMENTAÇÃO
Exmo. Juiz Conselheiro Mário Mendes	<ul style="list-style-type: none"> • A LDN prevê a cooperação das FA com as FSS no combate a ameaças transnacionais, não se vislumbra à partida especiais alterações na estratégia de combate a este fenómeno;
Prof. Dr. Manuel Anes	<ul style="list-style-type: none"> • Sim; • É um facto positivo a integração das Forças Armadas em casos limite de ameaças transnacionais;
Cor Borges	<ul style="list-style-type: none"> • Se existir uma complementaridade de meios com as FSS é de todo vantajoso; • Existindo a perspectiva de cooperação e complementaridade é de todo proveitoso o recurso às Forças Armadas em aspectos bem específicos da Segurança Interna; • A inclusão das Forças Armadas em missões bem específicas da Segurança Interna constitui uma mais-valia;
Ten Cor Rocha	<ul style="list-style-type: none"> • A participação das FA em missões de SI afigura-se algo indefinida e vaga; • São uma mais-valia no combate ao CO, uma vez que, são possuidoras de meios que permitem uma intervenção aérea ou marítima, esta de longa distância;
Intendente Teixeira	<ul style="list-style-type: none"> • As FA sempre tiveram um papel determinante no Sistema de Segurança Interna; • As FA possuem um papel importante na dimensão preventiva da Criminalidade Organizada;

Exma. Dra. Ana Barquina	<ul style="list-style-type: none"> Esta questão não é pacífica e deve ser objecto de uma reflexão profunda;
--------------------------------	--

A maioria dos entrevistados considera que a inclusão das FA em missões de Segurança Interna é, designadamente no que toca à repressão das actividades do CO, bastante proveitosa. As FA possuem meios bastante importantes e que são uma mais-valia para garantir um efectivo controlo sobre o CO. O Professor Manuel Anes e o Coronel Borges consideram que esta participação deve acontecer em missões específicas e em casos limite de ocorrência de ameaças transnacionais. O Tenente-Coronel Rocha refere que, apesar de a inclusão das FA em missões de SI estar efectivamente declarada em lei, a participação das FA missões de SI é algo indefinida e vaga.

QUESTÃO N.º 3: Acha que as medidas de polícia vertidas na nova Lei de Segurança Interna estão adequadas à actuação policial na luta contra o Crime Organizado?

QUADRO 6.3: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º3.

ENTREVISTADO	ARGUMENTAÇÃO
Exmo. Juiz Conselheiro Mário Mendes	<ul style="list-style-type: none"> Têm o seu impacto no combate à criminalidade em geral e ao Crime Organizado em particular;
Prof. Dr. Manuel Anes	<ul style="list-style-type: none"> A legislação melhorou; A polícia necessita de uma investigação adequada ao crime organizado, e neste campo é indispensável as FFS poderem monitorizar os fluxos de tráfico financeiro;
Cor Borges	<ul style="list-style-type: none"> São adequadas;
Ten Cor Rocha	<ul style="list-style-type: none"> Reflectem um equilíbrio aceitável entre o direito à segurança e o direito à liberdade, sem comprometer a actuação policial nesta matéria;
Intendente Teixeira	<ul style="list-style-type: none"> São suficientes;
Exma. Dra. Ana Barquina	<ul style="list-style-type: none"> O facto de este Serviço não ter competências de âmbito policial coíbe de responder a esta questão;

Com esta questão pretendeu-se saber se as medidas de polícia, vertidas na nova Lei de Segurança Interna, trouxeram melhorias em relação às medidas de polícia inscritas na anterior Lei de Segurança Interna, especificamente no que toca à aplicação das medidas de polícia em relação ao CO.

É consensual a opinião de que as medidas de polícia existentes são adequadas para promover uma adequada actuação policial no controlo das actividades do CO.

O Professor Manuel Anes refere, no entanto, a indispensabilidade de existir outra medida de polícia, e esta diz respeito ao facto de ser fundamental as Forças e Serviços de Segurança poderem monitorizar os fluxos de tráfico financeiro, aquando da existência da suspeita de prática de crimes associados ao CO.

QUESTÃO N.º4: O Conceito Estratégico de Defesa Nacional reflecte as actividades a que a Criminalidade Organizada se dedica, tais como, o tráfico de droga, as redes de promoção e exploração da imigração ilegal e do tráfico de pessoas, acha que este diploma é redutor em relação ao espectro de actividades desenvolvido pela Criminalidade Organizada em território nacional?

QUADRO 6.4: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º4.

ENTREVISTADO	ARGUMENTAÇÃO
Exmo. Juiz Conselheiro Mário Mendes	<ul style="list-style-type: none"> O diploma não é redutor na medida em que a sua finalidade não é analisar ou caracterizar as actividades do CO em Portugal;
Prof. Dr. Manuel Anes	<ul style="list-style-type: none"> É suficiente, no entanto, há uma ausência nesta lista da questão da lavagem do dinheiro;
Cor Borges	<ul style="list-style-type: none"> O problema de identificação do espectro em que se move o CO começa no facto de não existir um consenso sobre qual o conceito de CO; Em relação às actividades não é redutor, é sim redutor relativamente às áreas específicas onde o CO actua;
Ten Cor Rocha	<ul style="list-style-type: none"> O CEDN carece de actualização e harmonização com os Códigos do Processo Penal e Penal;
Intendente Teixeira	<ul style="list-style-type: none"> Não é redutor; O CEDN contempla adequadamente as actividades praticadas pelo

	CO;
Exma. Dra. Ana Barquina	<ul style="list-style-type: none"> • Não se considera que o referido diploma seja redutor face às actividades desenvolvidas em Território Nacional por estruturas do CO;

Esta questão foi elaborada no sentido de, baseando-nos na experiência e conhecimentos adquiridos pelos entrevistados ao longo das suas funções a nível da SI, perceber se o CEDN contempla e está actualizado em relação às actividades praticadas pelo CO.

Os entrevistados responderam maioritariamente que o CEDN não é redutor em relação às actividades praticadas pelo CO, contudo ressaltaram alguns aspectos a ter em conta.

O Juiz Conselheiro Mário Mendes referiu que, a finalidade do CEDN não é analisar ou caracterizar as actividades do CO em Portugal. O Professor Manuel Anes afirmou que o CEDN não contempla uma actividade praticada pelo CO, essa actividade é a lavagem de dinheiro. O Coronel Borges afirma que, a definição sobre o que são as actividades do CO nunca vai ser clara, a não ser que se estabeleça um consenso e definição sobre qual o conceito de CO. O Coronel Borges esclarece ainda que, o CEDN é redutor em relação às áreas específicas a que o CO se dedica. O Tenente-Coronel Rocha deixa a ideia que o CEDN é redutor porque carece de actualização e harmonização com o Código de Processo Penal e com o Código Penal.

QUESTÃO N.º 5: O Gabinete SIRENE encontra-se integrado no Gabinete Coordenador de Segurança, a Unidade Nacional Europol está integrada na Polícia Judiciária, este tipo de estruturação representa uma resistência à cooperação entre os dois serviços? Acha que traria benefícios a integração destes dois serviços de extrema importância para o combate ao crime organizado numa só estrutura?

QUADRO 6.5: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º5.

ENTREVISTADO	ARGUMENTAÇÃO
Exmo. Juiz Conselheiro Mário Mendes	<ul style="list-style-type: none"> • Não representa uma resistência mas oferece algumas dificuldades; • A integração destes dois serviços numa só estrutura traria benefícios e constituiria uma mais-valia;

Prof. Dr. Manuel Anes	<ul style="list-style-type: none"> • Traria benefícios, valeria a pena pensar numa fusão entre os dois serviços ou então uma melhor cooperação;
Cor Borges	<ul style="list-style-type: none"> • Esta estruturação representa um obstáculo à cooperação, proporciona problemas de troca de informação; • A sua integração numa só estrutura traria benefícios, existiria uma maior agilização de procedimentos;
Ten Cor Rocha	<ul style="list-style-type: none"> • Sem dúvida que traria benefícios; • Esta questão poderá ser ultrapassada se for garantido o acesso, a essas mesmas bases, pelas restantes entidades, mediante a definição de critérios de níveis de acessibilidade e necessidade;
Intendente Teixeira	<ul style="list-style-type: none"> • Este tipo de estruturação representa a existência de dificuldades de cooperação e coordenação; • A junção numa só estrutura traria uma maior eficiência;
Exma. Dra. Ana Barquina	<ul style="list-style-type: none"> • Não sendo o SIS um órgão de polícia criminal, esta questão não poderá ser respondida;

Sendo o Gabinete SIRENE e a Unidade Nacional EUROPOL entidades privilegiadas na obtenção de informação sobre o CO, e estando estas entidades deslocadas, pretendeu-se saber se esta separação traz resistências à cooperação entre os serviços, e se existiriam benefícios através da integração destas entidades na mesma estrutura, de forma a promover melhor combate ao CO.

A opinião de que este tipo de estruturação traz resistências à cooperação e que a sua integração na mesma estrutura traria benefícios, é consensual entre os entrevistados.

O Juiz Conselheiro Mário Mendes acrescenta que este tipo de estruturação não provoca resistências, mas sim, dificuldades na cooperação entre os dois serviços.

O Tenente-Coronel Rocha apresenta uma solução que não passa pela junção dos dois serviços. Bastaria proporcionar o acesso às bases de dados destes serviços pelas restantes entidades, para o problema deste tipo de estruturação ficar resolvido.

QUESTÃO N.º 6: Na sua opinião, o Sistema Integrado de Informação Criminal, irá dinamizar e poupar sobreposição de esforços entre os Órgãos de Polícia Criminal, no combate ao Crime Organizado?

QUADRO 6.6: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º6.

ENTREVISTADO	ARGUMENTAÇÃO
Exmo. Juiz Conselheiro Mário Mendes	<ul style="list-style-type: none"> O intuito da criação do SIIC foi, entre outras finalidades, dinamizar e poupar sobreposição de esforços entre os OPC, e desta forma, permitir maior eficácia no combate ao CO;
Prof. Dr. Manuel Anes	<ul style="list-style-type: none"> É indispensável a existência de um Sistema Integrado de Informação Criminal;
Cor Borges	<ul style="list-style-type: none"> Sim, é um exemplo de cooperação, articulação e partilha de informação; Permite potenciar a actuação das FSS;
Ten Cor Rocha	<ul style="list-style-type: none"> Sem dúvida que sim, a informação é um dos factores mais importantes no combate ao crime organizado;
Intendente Teixeira	<ul style="list-style-type: none"> A partilha de informação, objectivo do Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC), é determinante para potenciar e dinamizar a actuação policial;
Exma. Dra. Ana Barquina	<ul style="list-style-type: none"> Um combate efectivo ao CO exige uma permanente cooperação entre todas as Forças e Serviços de Segurança, tendo-se revelado positivos os esforços que têm sido desenvolvidos nesse sentido;

Todos os entrevistados estão de acordo no que diz respeito à importância do SIIC. Este Sistema vai de facto proporcionar uma maior dinamização no combate ao CO pelos OPC. As questões chave que os entrevistados utilizam para caracterizar a importância deste Sistema são o exemplo de cooperação e partilha. Os contributos dos entrevistados para responder a esta questão deixam ressaltar a importância da informação, como essencial no combate ao CO.

QUESTÃO N.º7: O Sistema Integrado de Informação Criminal, aprovado pela Lei n.º 73/2009 de 12 de Agosto, está a ser implementado? Sabe se há resistências a essa implementação?

QUADRO 6.7: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º7.

ENTREVISTADO	ARGUMENTAÇÃO
Exmo. Juiz Conselheiro Mário Mendes	<ul style="list-style-type: none"> • Encontra-se a ser implementado; • Não se verificam até à data quaisquer resistências à sua implementação;
Prof. Dr. Manuel Anes	<ul style="list-style-type: none"> • Está a ser implementado; • Há resistências, tudo o que é novo tem resistências
Cor Borges	<ul style="list-style-type: none"> • Existem resistências mínimas; • O Sistema de Integrado de Informação Criminal está a ser implementado; • Ainda não está operacional;
Ten Cor Rocha	<ul style="list-style-type: none"> • Desconheço a existência de resistências à sua implementação; • Está a ser implementado;
Intendente Teixeira	<ul style="list-style-type: none"> • Está a ser implementado; • Existem entraves à implementação do SIIC;
Exma. Dra. Ana Barquina	<ul style="list-style-type: none"> • O facto de este Serviço não ter competências de âmbito policial, e não estando integrado no referido sistema, considera-se que não compete responder a esta questão;

Com esta questão pretendemos saber se o SIIC está de facto a ser implementado e se, existem resistências a essa implementação.

Pelas respostas obtidas, verifica-se que existe uma divisão de opiniões acerca da existência ou não, de resistências na implementação do referido Sistema. Contudo, a opinião de que existem resistências é maioritária. Essas resistências são argumentadas como mínimas pelo Coronel Borges. Advêm do facto de, tudo o que é novo implicar a existência de resistências, como refere o Professor Manuel Anes.

QUESTÃO N.º 8: Em 2009, saiu em Diário da República a segunda alteração à Lei n.º 05/2006 de 23 de Fevereiro, Lei das Armas, de facto, este diploma trouxe melhorias na repressão ao Crime Organizado?

QUADRO 6.8: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º8.

ENTREVISTADO	ARGUMENTAÇÃO
Exmo. Juiz Conselheiro Mário Mendes	<ul style="list-style-type: none"> De momento, o órgão Sistema de Segurança Interna (SSI) não possui elementos que permitam avaliar o impacto da alteração da lei, ao nível do combate ao CO;
Prof. Dr. Manuel Anes	<ul style="list-style-type: none"> Esta alteração trouxe de facto melhorias; É necessário existir articulação com o Código de Processo Penal;
Cor Borges	<ul style="list-style-type: none"> Trouxe algumas melhorias; No entanto não são as suficientes para favorecer um óptimo controlo do problema que é CO; O quadro legal deveria ser mais penalizador para os infractores,
Ten Cor Rocha	<ul style="list-style-type: none"> Considero que sim; As medidas introduzidas na alteração à lei das armas reforçam a prevenção e a repressão deste tipo de crime;
Intendente Teixeira	<ul style="list-style-type: none"> Trouxe melhorias, contudo são insuficientes;
Exma. Dra. Ana Barquina	<ul style="list-style-type: none"> As alterações legislativas têm sido positivas, no entanto, deve fazer-se uma aposta na fiscalização e aumento de operações policiais que visem especificamente o tráfico de armas;

Através desta questão pretendemos avaliar o impacto das alterações introduzidas na Lei das Armas, no que diz respeito ao combate ao CO. É consensual a opinião de que esta Lei trouxe melhorias na dinamização do controlo do CO. Contudo, existem aspectos referidos pelos entrevistados que importa sublinhar.

O Professor Manuel Anes deu ênfase à necessidade de existir uma boa articulação entre esta Lei e o Código de Processo Penal. O Coronel Borges afirmou que existem melhorias através desta nova Lei, mas essas melhorias não são as suficientes para favorecer um óptimo controlo sobre o grave problema que é o CO. O Coronel Borges afirma ainda que o quadro legal a nível da Lei das Armas deveria ser mais penalizador para os infractores. A

Dra. Ana Barquina acrescenta que é necessária maior aposta na fiscalização e aumento de operações policiais, que visem especificamente a repressão do tráfico de armas.

QUESTÃO N.º9: Acha que os instrumentos legislativos que enquadram o combate ao Crime Organizado são suficientes, de forma a promover um controlo e repressão adequados?

QUADRO 6.9: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º9.

ENTREVISTADO	ARGUMENTAÇÃO
Exmo. Juiz Conselheiro Mário Mendes	<ul style="list-style-type: none"> Em termos gerais, os instrumentos legislativos que enquadram o combate ao CO parecem ser suficientes, contudo, o órgão SSI não possui elementos suficientes que permitam uma resposta absoluta;
Prof. Dr. Manuel Anes	<ul style="list-style-type: none"> Sob o ponto de vista legislativo é suficiente, contudo falta o acesso às contas bancárias, existe a questão da privacidade, mas com uma organização criminosa não podemos ter contemplanções com a privacidade das suas contas;
Cor Borges	<ul style="list-style-type: none"> São suficientes;
Ten Cor Rocha	<ul style="list-style-type: none"> A adequabilidade dos instrumentos legislativos só se manifesta eficiente e eficaz se as forças e serviços de segurança, os tribunais e o sistema prisional forem igualmente eficientes e eficazes;
Intendente Teixeira	<ul style="list-style-type: none"> O edifício legislativo português é de qualidade e preenche as necessidades de combate ao CO;
Exma. Dra. Ana Barquina	<ul style="list-style-type: none"> Esta questão não é pacífica e deve ser objecto de uma reflexão profunda;

Com esta questão pretendemos saber se os instrumentos legais que promovem o controlo e repressão do CO são adequados. Esta questão resulta e vai de encontro à questão n.º 1.

A opinião de que os instrumentos legislativos são suficientes é transversal à maioria dos entrevistados. Ainda assim, existem algumas opiniões neste âmbito por parte dos entrevistados que é de todo interessante abordar.

O Professor Manuel Anes considera que falta a questão do controlo e do acesso às contas bancárias das Organizações Criminosas. O Professor admite a existência da questão da

privacidade e de direitos fundamentais, mas, se de facto existem indivíduos que praticam actos de CO, não se pode ter contemplações com a privacidade das contas bancárias.

O Tenente-Coronel Rocha lança a ideia de que, os instrumentos legislativos só podem ser adequados, suficientes e eficientes se, as FSS, os Tribunais e o Sistema Prisional forem igualmente eficientes e eficazes.

QUESTÃO N.º 10: Na sua opinião, o que está a faltar para que a cobertura legislativa sobre o crime organizado seja efectiva?

QUADRO 6.10: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º10.

ENTREVISTADO	ARGUMENTAÇÃO
Exmo. Juiz Conselheiro Mário Mendes	<ul style="list-style-type: none"> O órgão SSI não se considera por excelência, adequado para se pronunciar sobre esta questão;
Prof. Dr. Manuel Anes	<ul style="list-style-type: none"> A cobertura legislativa existente é satisfatória, contudo, falta a questão do controlo e monitorização do fluxo de tráfico financeiro;
Cor Borges	<ul style="list-style-type: none"> As Forças de Segurança de competência genérica deveriam ter competência para investigar os escalões mais baixos de criminalidade organizada; Esse facto pouparia esforço à PJ para investigar a criminalidade mais complexa e a cobertura sobre este tipo de crime seria mais abrangente;
Ten Cor Rocha	<ul style="list-style-type: none"> A definição correcta da intervenção das Forças Armadas nesta matéria;
Intendente Teixeira	<ul style="list-style-type: none"> Realizar mudanças organizacionais e funcionais no sistema de segurança; A criação de uma Polícia Nacional;
Exma. Dra. Ana Barquina	<ul style="list-style-type: none"> Esta questão não é pacífica e deve ser objecto de uma reflexão profunda;

Através desta questão pretendemos saber a opinião dos entrevistados, acerca de instrumentos ou preceitos legais que poderiam existir, de forma a, dinamizar o combate ao CO.

O Professor Manuel Anes refere que, a monitorização e controlo do fluxo de tráfico financeiro é indispensável. Através deste instrumento, as FSS teriam a tarefa muito mais facilitada, no sentido de reprimir a actuação e garantir a identificação e prova da existência de crimes cometidos por estas organizações.

O Coronel Borges afirma que um passo que poderia ser dado no sentido de facilitar o combate a este tipo de criminalidade, seria atribuir competência a outras Forças de Segurança, que não apenas à Polícia Judiciária. Assim teríamos os OPC de competência genérica a investigar criminalidade organizada de escalões mais baixo, abrindo a porta a que uma Polícia de competência específica dedicasse o esforço à criminalidade organizada mais complexa.

O Tenente-Coronel Rocha defende que deve existir uma definição mais clara e concreta do papel das FA em missões de SI.

O Intendente Teixeira afirma que são necessárias mudanças organizacionais e funcionais profundas no sistema de segurança. Neste sentido, defende a criação de uma Polícia Nacional.

QUESTÃO N.º 11: Como ultima questão, tem alguma sugestão relativamente a diplomas legais que poderão necessitar de uma reformulação com vista a uma maior proficiência no combate ao crime organizado?

QUADRO 6.11: Argumentação dos entrevistados relativamente à questão n.º11.

ENTREVISTADO	ARGUMENTAÇÃO
Exmo. Juiz Conselheiro Mário Mendes	<ul style="list-style-type: none"> • O órgão SSI não se considera por excelência, adequado para se pronunciar sobre esta questão;
Prof. Dr. Manuel Anes	<ul style="list-style-type: none"> • O acesso às contas bancárias quando há suspeita de envolvimento em financiamentos ilícitos, tráficos, lavagens de dinheiros e crimes afins;
Cor Borges	<ul style="list-style-type: none"> • Parte da competência de investigação do CO passar para as outras FSS; • A Lei das Armas deveria possuir quadros legais mais gravosos, em que as penas para quem cometesse crime envolvendo arma de fogo fossem mais pesadas;

	<ul style="list-style-type: none"> • Deveria existir um conceito consensual acerca do que é o CO;
Ten Cor Rocha	<ul style="list-style-type: none"> • Na esteira do que foi referido, a Lei de Defesa Nacional e em especial o conceito estratégico de defesa nacional;
Intendente Teixeira	<ul style="list-style-type: none"> • A alteração radical da organização policial actual; • Formar uma Polícia Nacional, suportada na Investigação Criminal, Ordem e Segurança Pública;
Exma. Dra. Ana Barquina	<ul style="list-style-type: none"> • Esta questão não é pacífica e deve ser objecto de uma reflexão profunda; • Não cabe a este Serviço responder a esta questão;

A presente questão pretende recolher sugestões e opiniões dos entrevistados, sobre a existência de diplomas legais que necessitem de uma reformulação que vá de encontro à optimização do combate ao CO.

Desta forma, iremos referir quais as ideias e sugestões fornecidas pelos entrevistados. O Professor Manuel Anes caracteriza o acesso às contas bancárias de pessoas individuais ou colectivas, quando haja fundadas suspeitas de prática de crime, como indispensável para que o combate ao CO seja efectivo e eficiente.

O Coronel Borges considera que as competências de investigação da criminalidade organizada menos complexa deveriam passar para os OPC de competência genérica, de forma a libertar o esforço de investigação da PJ para a criminalidade organizada mais complexa. Afirma que a Lei das Armas deveria possuir quadros legais e penais mais gravosos, de forma a dissuadir a montante a prática de crimes envolvendo armas de fogo. O Coronel Borges sugere ainda a definição e a interpretação consensual acerca do que é o conceito de CO.

O Tenente-Coronel Rocha sugere a modificação da LDN, no sentido de dar uma resposta sobre, em que parâmetros concretos e claros se verifica o envolvimento das FA em missões de SI. E sugere também que o CEDN deve ser alvo de modificação, de forma a, estar harmonizado e actualizado de acordo com o Código de Processo Penal.

O Intendente Teixeira sugere a alteração radical da organização policial actual, onde se afigure a criação de uma Polícia Nacional, suportada nos pilares da Investigação Criminal, Ordem e Segurança Pública.

6.3 CONCLUSÕES DAS ENTREVISTAS

A nossa investigação baseou-se em alguns pontos-chave, nomeadamente, a actualização e a suficiência dos instrumentos legislativos que proporcionam o combate ao crime organizado, a importância das FA na resposta à repressão das actividades do CO, a actualização do CEDN em relação às actividades ilícitas praticadas pelo CO e a visão sobre a importância da informação e da sua partilha no âmbito da repressão do CO.

Assim, vamos de seguida expor as principais conclusões obtidas a partir da realização do trabalho de campo.

Os **instrumentos legislativos existentes** que enquadram o combate ao CO **são suficientes**. O quadro jurídico possui os instrumentos suficientes que proporcionem uma resposta adequada e eficiente por parte das FSS ao CO. Estes instrumentos têm surgido essencialmente a partir dos normativos internacionais. Contudo é de referir alguns pontos que na visão dos entrevistados, se alterados, poderão proporcionar uma cobertura mais eficiente sobre o CO. Neste campo, ressalta o acesso às contas bancárias de pessoas singulares e colectivas sobre as quais recaiam suspeitas de prática de actos ilícitos. Este procedimento facilitará a monitorização e controlo do fluxo de tráficos financeiros do CO. A competência de investigação da criminalidade organizada menos complexa deveria ser partilhada com as restantes FSS. Tal procedimento permitiria maior liberdade à PJ para investigar a criminalidade organizada mais complexa. A clara definição do papel das FA é dado como importante para que a cobertura sobre o CO seja também mais eficiente. É também sugerida a alteração radical da organização policial actual, dando lugar a uma Polícia Nacional.

Em relação ao **acompanhamento legislativo nacional** sobre o CO, este é de facto **positivo** e tem sabido adaptar-se ao espectro de actividades ilícitas praticadas pelo CO. Contudo, a adaptação surge sempre a jusante do CO, ou seja, esta adaptação é sempre reactiva, e não como se pretende para melhor controlo, preceder e prevenir a actuação do CO. Surge

também outro problema a montante que deriva no facto de o conceito de CO não ser consensual. Existem várias interpretações sobre o que é o CO, afigurando-se como necessário estabelecer-se um conceito claro de CO.

A **inclusão das FA** em missões de SI é dada como **importante**, no sentido de permitir maior cobertura sobre as actividades ilícitas praticadas pelo CO. A complementaridade de meios é a chave para uma boa articulação entre FSS e FA no combate ao CO. A actuação das FA deve situar-se apenas em missões bem específicas e em casos limite. No entanto, esta actuação afigura-se legalmente como vaga e indefinida.

O **CEDN não é redutor** em relação às actividades ilícitas praticadas pelo CO. Existe a questão da lavagem de dinheiro que não está inserida neste documento. Este documento é redutor em relação às áreas específicas onde o CO actua, necessitando de uma actualização e harmonização com o Código de Processo Penal e Código Penal. No trabalho de campo realizado, foi afirmado que a finalidade deste documento não é analisar ou caracterizar as actividades praticadas pelo CO em território nacional.

A **partilha e troca de informação** afigura-se como **essencial** para a dinamização do esforço policial, no combate ao CO. Assim destacamos a importância da inserção do Gabinete SIRENE e da Unidade Nacional EUROPOL na mesma estrutura, de forma a facilitar a cooperação entre estes dois serviços cruciais. De referir a importância do SIIC de forma a promover a cooperação e a partilha de informação entre as FSS, de forma a potenciar os esforços policiais no combate ao CO.

CAPITULO 7 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

7.1 INTRODUÇÃO

A presente investigação teve o propósito de realizar uma análise aos documentos legislativos mais importantes que enquadram o combate ao CO por parte das FSS. Através dessa análise pretendeu-se clarificar, levantar, sugerir questões e ideias que têm directamente a ver com a dinamização do esforço policial no combate ao CO, e verificar-se se os instrumentos legislativos que enquadram o CO são adequados.

Neste capítulo, o objectivo passa por apresentar a “reflexão final do trabalho teórico e empírico” (Sarmiento, 2008, p. 114), apresentar a verificação das questões inicialmente formuladas, oferecer recomendações, revelar as limitações do autor acerca da investigação e expor pistas para investigações futuras.

7.2 CONCLUSÕES

Surge o momento de fornecer as conclusões obtidas na investigação presentemente efectuada.

Questão n.º 1: A Lei de Defesa Nacional vem fornecer um maior enquadramento e cobertura no combate ao Crime Organizado?

Relativamente à questão n.º 1, todos os entrevistados consideraram que o acompanhamento legislativo ao CO é adequado. Considera-se que este acompanhamento é reactivo e envolve um problema a montante, que deriva no facto de não existir uma verdadeira definição de CO. A monitorização dos efeitos práticos reais dos

instrumentos legislativos instituídos e uma devida afectação de meios policiais e medidas operacionais seria de todo vantajosa.

Questão n.º 2: As medidas de polícia presentes na Lei de Segurança Interna estão adequadas à actuação policial na luta contra o Crime Organizado?

Relativamente à questão n.º 2, a maioria dos entrevistados (cinco em seis) consideram que as medidas de polícia são adequadas à actuação policial contra o CO. Um dos entrevistados referiu que não é da sua competência analisar esta questão. No entanto, é sugerido que as FSS pudessem monitorizar os fluxos de tráfico financeiro.

Questão n.º 3: O Conceito Estratégico de Defesa Nacional é redutor em relação ao espectro de actividades praticadas pelo Crime Organizado?

Relativamente à questão n.º 3, a maioria dos entrevistados (cinco em seis) afirmaram que o CEDN não é redutor em relação ao espectro de actividades praticadas pelo CO, isto é, apenas um dos entrevistados afirmou que é redutor. É lançada a ideia de que a finalidade deste documento não é analisar ou caracterizar as actividades do CO em Território Nacional. É referido que a lavagem de dinheiro deveria incluir o espectro de actividades contemplado pelo CEDN. Este documento sofre a montante de um problema, a inexistência de um conceito consensualmente aceite de CO. O único entrevistado que refere que este documento é redutor, argumenta que o CEDN não está actualizado e harmonizado com o Código de Processo Penal e Código Penal.

Questão n.º 4: A integração do Gabinete SIRENE e da Unidade Nacional Europol na mesma estrutura poderia acarretar benefícios no combate ao crime organizado?

Relativamente à questão n.º 4, a maioria dos entrevistados (cinco em seis) afirmam que a integração destes dois serviços de extrema importância na mesma estrutura traria benefícios no combate ao crime organizado. Um dos entrevistados afirmou que não é da sua competência analisar esta questão. De referir que o tipo de estrutura existente representa dificuldades à cooperação entre os dois serviços. Contudo, a questão poderia ser

resolvida através do acesso às bases de dados pelas restantes entidades, mediante, a criação de perfis credenciados.

Questão n.º 5: A criação do Sistema Integrado de Informação Criminal dinamiza o combate ao Crime Organizado?

Relativamente à questão n.º 5, todos os entrevistados afirmaram que o SIIC vai dinamizar e poupar esforços entre os OPC no combate ao CO. Este sistema é um exemplo de cooperação, articulação e partilha entre os OPC.

Questão n.º 6: A Lei n.º 73/2009⁵⁷ está actualmente a ser implementada?

Relativamente à questão n.º 6, a maioria dos entrevistados (cinco em seis) afirmou que o SIIC está de facto a ser implementado, embora não esteja ainda operacional. Um dos entrevistados afirmou que não é do âmbito da sua competência responder a esta questão. De ressaltar que três dos entrevistados afirmaram a existência de resistências a essa implementação, enquanto que dois dos entrevistados afirmaram desconhecer a existência de resistências a essa implementação.

Questão n.º 7: A nova Lei das Armas veio proporcionar melhorias na repressão do Crime Organizado?

Relativamente à questão n.º 7, a maioria dos entrevistados (cinco em seis) afirmou que a nova Lei das Armas trouxe melhorias na repressão do CO. Um dos entrevistados não respondeu a esta questão, devido ao facto de, não possuir elementos que permitam avaliar o impacto da alteração da Lei das Armas. No âmbito desta hipótese foram lançadas as ideias de ser necessário a articulação da Lei das Armas com o Código de Processo Penal e que deveria existir maior aposta na fiscalização e aumento de operações policiais que visem especificamente o tráfico de armas. Contudo, um dos entrevistados sugere que a alteração poderia ter sido diferente, isto é, o quadro legal deveria ser mais penalizador para quem cometesse crime envolvendo arma de fogo.

⁵⁷ Aprova as condições e procedimentos para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal;

7.3 REFLEXÕES FINAIS

Chegados à etapa final deste trabalho, surge o momento de responder à pergunta de partida, *“São suficientes os instrumentos legais existentes no ordenamento jurídico português que potenciam o combate ao crime organizado?”*

Os instrumentos legais que enquadram a actividade do CO em Território Nacional afiguram-se como suficientes. Esta afirmação surge no seguimento da recolha de dados obtida através das entrevistas realizadas. A nível do enquadramento, acompanhamento, reacção e repressão às actividades do CO, os diplomas jurídicos apoiam suficientemente estas acções. Esta foi a principal conclusão obtida através das declarações prestadas pelos entrevistados. No entanto, existem alguns pormenores técnicos já referidos anteriormente que poderão necessitar de uma reforma legislativa.

Importa referir ainda que, para que os instrumentos legislativos sejam de facto eficientes, é necessário que toda a conjuntura montada em torno destes actue de forma concertada e com o mesmo fim. É também de realçar a cooperação entre todos os intervenientes no âmbito da SI.

7.4 RECOMENDAÇÕES

Seria de todo recomendável um aprofundamento na reflexão acerca de qual o conceito e definição de CO.

7.5 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

Para a realização desta investigação surgiu à partida uma enorme dificuldade, assente na limitação da investigação de um assunto de relevante interesse, como é o tema deste trabalho, mas que possui uma abrangência tão grande. Outra limitação, verdadeiramente sentida, recaiu no limite de páginas imposto à realização de uma investigação desta natureza.

7.6 INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Como forma de projectar uma futura investigação, seria interessante perceber em que medida facilitaria o trabalho das FSS no controlo do CO, a existência de um documento legislativo que caracterizasse claramente este fenómeno, a sua definição e actividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS:

Academia Militar (2008). Orientações para redacção de trabalhos. Academia Militar. Lisboa.

Alves, A. C. (2008). *Em busca de uma SOCIOLOGIA DA POLÍCIA*. Lisboa: Revista da Guarda.

Branco, C. (2010). *Guarda Nacional Republicana - Contradições e Ambiguidades*. Lisboa: Edições Sílabo.

Davin, J. (2007). *A Criminalidade Organizada Transnacional: A Cooperação Judiciária e Policial na UE*. Coimbra: Almedina.

Fortin, M.-F. (1996). *O Processo de Investigação: Da Concepção à realização* (N. Salgueiro, Trad.). Loures: Lusociência - Edições Técnicas e Científicas.

Garcia, F. P. (Março de 2006). As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu Estudo. *Negócios Estrangeiros*, 06.

Garcia, F. P. (23 de Setembro de 2005). http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=264. Obtido em 23 de Maio de 2010, de As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados.

Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentido e formas de uso*. Cascais: Princípia.

Matias, N. G. (2006). O Paradigma Estratégico Militar de Segurança Interna. *II Colóquio de Segurança Interna* (pp. 47 - 54). Coimbra: Almedina.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: gradiva.

Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada, 2.ª Edição*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Teixeira, N. S., Lourenço, N., & Piçarra, N. (05 de Junho de 2006). <http://reformassi.mai.gov.info/estudos/>. Obtido em 01 de Junho de 2010, de Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna: Relatório Preliminar.

Moreira, A., & Ramalho, P. (2010). *Estratégia Volume XIX*. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica.

Fernandes, L. F., & Valente, M. M. G. (2005). *Segurança Interna: Reflexões e Legislação*. Coimbra: Almedina.

Teixeira, N. S. (2002). *Contributos para a Política de Segurança Interna*. s.l.: Ministério da Administração Interna.

LEGISLAÇÃO:

Assembleia da República. (1987). Lei n.º 20/87 de 12 de Julho. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 134, 2294-2297.

Assembleia da República. (1999). Lei n.º 144/99 de 31 de Agosto. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 203, 6012-6040.

Assembleia da República. (2001). Lei n.º 101/2001 de 25 de Agosto. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 197, 5452-5453.

Assembleia da República. (2001). Lei n.º 104/2001 de 25 de Agosto. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 197, 5456-5457.

Assembleia da República. (2002). Lei n.º 5/2002 de 11 de Janeiro. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 9, 204-207.

Assembleia da República. (2005). Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 155, 4642-4686.

Assembleia da República. (2006). Lei 17/2006 de 23 de Maio. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 99, 3462-3463.

Assembleia da República. (2007). Lei n.º 9/2007 de 16 de Fevereiro. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 35, 1238-1252.

Assembleia da República. (2007). Lei n.º 48/2007 de 29 de Agosto. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 166, 5844-5954.

Assembleia da República. (2007). Lei n.º 53/2007 de 6 de Novembro. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 168, 6065-6074.

Assembleia da República. (2007). Lei n.º 59/2007 de 4 de Setembro. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 170, 6181-6258.

Assembleia da República. (2007). Lei n.º 63/2007 de 31 de Agosto. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 213, 8043-8051.

Assembleia da República. (2008). Lei n.º 29/2008 de 4 de Julho. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 128, 4131-4132.

Assembleia da República. (2008). Lei n.º 37/2008 de 06 de Agosto. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 151, 5281-5289.

Assembleia da República. (2008). Lei n.º 49/2008 de 27 de Agosto. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 165, 6038-6042.

Assembleia da República. (2008). Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto. *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 167, 6135-6141.

Assembleia da República. (2009). Lei n.º 17/2009 de 6 Maio. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 87, 2559-2604.

Assembleia da República. (2009). Lei n.º 38/2009 de 20 de Julho. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 138, 4533-4541.

Assembleia da República. (2009). Lei n.º 73/2009 de 12 de Agosto. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 155, 5217-5220.

Assembleia da República. (2009). Lei Orgânica n.º 1-B/2009 de 07 de Julho. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 138, 4541-4550.

Ministério da Administração Interna. (1994). Decreto-Lei n.º 292/94 de 16 de Novembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 265, 6845-6849.

Ministério da Administração Interna. (2000). Decreto-Lei n.º 252/2000 de 16 de Outubro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 239, 5749-5766.

Ministério da Economia e da Inovação. (2007). Decreto n.º 13/2007 de 19 de Janeiro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 14, 4432-4439.

Ministério da Administração Interna. (2010). Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança.

Presidência do Conselho de Ministros. (2003). Resolução do Conselho de Ministros n.º 06/2003 de 19 de Março, 1.ª Série, n.º 16, 279-287.

Presidência do Conselho de Ministros. (2007). Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2007 de 19 de Março, 1.ª Série, n.º 55, 1647-1650.

TESES E OUTROS TRABALHOS:

Rocha, M. (s. d.). *Segurança Nacional e Sistema Policial Dualista, Dissertação de Mestrado*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

SÍTIOS DA INTERNET:

Chambel, F. S. (2008). *Criminalidade Organizada, Terrorismo e Intelligence na era da Globalização*. Recuperado em 20 Junho, 2010, em http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=545

Comissão Europeia. (2005). *Elaboração de um conceito estratégico para combater a criminalidade organizada*. Recuperado em 09 Junho, 2010, em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0232:FIN:PT:PDF>

Conselho da União Europeia. (2003). *Projecto da Presidência do Conselho da União Europeia sobre a Estratégia Europeia de Segurança Interna*. Recuperado em 10 Junho, 2010, em <http://tratados.wordpress.com/2010/04/07/estrategia-europeia-de-seguranca-interna-i/>

Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen. (n. d.). Recuperado em 10 Junho, 2010, em <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/ue/schb-9.html>

Garcia, F. P. (2005). *As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados*. Recuperado em 23 Maio, 2010, em http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=264

Organização das Nações Unidas. (2003). *Guia Legislativo para a Aplicação da Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional*. Recuperado em 03 Junho, 2010, em <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/onu/GuiaConv.pdf>

Programa do Governo. (2009). *Programa do XVIII Governo Constitucional*. Recuperado em 27 Junho, 2010, em <http://www.mai.gov.pt/index.php?s=&pid=6#i>

Relatórios da EUROPOL sobre a Criminalidade Organizada
<http://www.europol.europa.eu/index.asp?page=publications&language>
(Acedido em 12 de Junho de 2010)

Schengen (Acordo e convenção). Recuperado em 28 Maio, 2010. Recuperado em http://europa.eu/scadplus/glossary/schengen_agreement_pt.htm

Site da Associação Sindical dos Juizes Portugueses
<http://www.asjp.pt/2010/06/04/alteracao-a-lei-das-armas-teve-beneficios/>

Site da EUROPOL
<http://www.europol.europa.eu/>
(Acedido em 23 de Junho de 2010)

Site do Serviço de Informações e Segurança
<http://www.sis.pt/>
(Acedido em 21 de Maio de 2010)

Teixeira, N. S., Lourenço, N., & Piçarra, N. (2006). *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna: Relatório Preliminar*. Recuperado em 01 Junho, 2010, em <http://reformassi.mai-gov.info/estudos/>

União Europeia. (2003). *Estratégia Europeia em Matéria de Segurança*. Recuperado em 07 Junho, 2010, em <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>

Victoria, A. (2009). *Origem e evolução do Crime Organizado*. Recuperado em 20 Junho, 2010, em <http://www.webartigos.com/articles/13169/1/CRIMINALIDADE-ORGANIZADA-/pagina1.html>

OUTROS DOCUMENTOS:

Ministério da Administração Interna. (2009). Relatório de Segurança Interna. Lisboa: Ministério da Administração Interna

Brandão, Ana Paula, “Segurança: um conceito contestado em debate”, *In* Moreira, Adriano (coord.), *Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*, Lisboa, 2004

APÊNDICES



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES – ESPECIALIDADE DE SEGURANÇA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

DESAFIOS QUE SE COLOCAM À SEGURANÇA INTERNA

INQUÉRITO POR ENTREVISTA

AUTOR: ASPIRANTE DE CAVALARIA LUÍS PAULINO

ORIENTADOR: CAPITÃO DE CAVALARIA BRITO SOUSA

APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO

No âmbito da frequência do Mestrado de Ciências Militares – Especialidade de Segurança, ministrado na Academia Militar, surge como complemento para a formação dos Oficiais Tirocinantes a realização de um Trabalho de Investigação Aplicada devidamente suportado em criteriosos processos científicos.

O tema deste trabalho incide sobre os “Desafios que se colocam à Segurança Interna”. Sendo uma temática com um vastíssimo leque de conteúdo, o tema foi restrito aos instrumentos legais existentes no ordenamento jurídico português que potenciam a luta contra o crime organizado.

Uma das etapas do processo científico aplicado a este trabalho baseia-se no trabalho de campo, sendo que, o inquérito por entrevista irá assumir um papel preponderante para a resposta a algumas questões levantadas durante o desenvolvimento desta investigação.

A entrevista dirigida a V. Ex.^a reveste-se de extrema importância, pois o seu conhecimento aliado à sua experiência, darão um enormíssimo contributo para a valorização desta investigação.

Desta forma, venho por este meio solicitar a V. Ex.^a que me conceda esta entrevista. Desta feita, e para assegurar a não ocorrência de situações melindrosas, disponibilizo a V. Ex.^a a transcrição da entrevista e os dados recolhidos da mesma antes da exposição pública do Trabalho de Investigação Aplicada

Imensamente grato pela sua preciosa colaboração

15/07/2010

Luís Carlos Figueiredo Paulino

Asp Cav

APÊNDICE B - GUIÃO DE ENTREVISTA

TEMA: *DESAFIOS QUE SE COLOCAM À SEGURANÇA INTERNA*

Caracterização dos inquiridos:

Nome:

Posto:

Unidade:

Funções desempenhadas na área da Segurança Interna:

Data:

Está de acordo que a entrevista seja gravada para ser transcrita e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?

COLHEITA DE DADOS

1. O crime organizado não é um fenómeno recente. Tendo por base esta premissa, acha que este fenómeno tem tido o acompanhamento legislativo nacional (ao nível da sua prevenção, da sua identificação e da sua repressão) adequado?
2. A nova Lei de Defesa Nacional inclui as Forças Armadas em missões de Segurança Interna, acha que este facto veio permitir um maior enquadramento e cobertura no combate ao crime organizado?
3. Acha que as medidas de polícia vertidas na nova Lei de Segurança Interna estão adequadas à actuação policial na luta contra o Crime Organizado?
4. O Conceito Estratégico de Defesa Nacional reflecte as actividades a que a Criminalidade Organizada se dedica, tais como, o tráfico de droga, as redes de promoção e exploração da imigração ilegal e do tráfico de pessoas, acha que este

- diploma é redutor em relação ao espectro de actividades desenvolvido pela Criminalidade Organizada em território nacional?
5. O Gabinete SIRENE encontra-se integrado no Gabinete Coordenador de Segurança, a Unidade Nacional Europol está integrada na Polícia Judiciária, este tipo de estruturação representa uma resistência à cooperação entre os dois serviços? Acha que traria benefícios a integração destes dois serviços de extrema importância para o combate ao crime organizado numa só estrutura?
 6. Na sua opinião, o Sistema Integrado de Informação Criminal, irá dinamizar e poupar sobreposição de esforços entre os Órgãos de Polícia Criminal, no combate ao Crime Organizado?
 7. O Sistema Integrado de Informação Criminal, aprovado pela Lei n.º 73/2009 de 12 de Agosto, está a ser implementado? Sabe se há resistências a essa implementação?
 8. Em 2009, saiu em Diário da República a segunda alteração à Lei n.º 05/2006 de 23 de Fevereiro, Lei das Armas, de facto, este diploma trouxe melhorias na repressão ao Crime Organizado?
 9. Acha que os instrumentos legislativos que enquadram o combate ao Crime Organizado são suficientes de forma a promover um controlo e repressão adequados?
 10. Na sua opinião, o que está a faltar para que a cobertura legislativa sobre o crime organizado seja efectiva?
 11. Como ultima questão, tem alguma sugestão relativamente a diplomas legais que poderão necessitar de uma reformulação com vista a uma maior proficiência no combate ao crime organizado?

**APÊNDICE C – ENTREVISTA AO EXMO. JUIZ
CONSELHEIRO MARIO MENDES**

GUIÃO DO INQUÉRITO POR ENTREVISTA

**TEMA: *DESAFIOS QUE SE COLOCAM À SEGURANÇA
INTERNA***

Caracterização dos inquiridos:

Nome: Mário Mendes

Unidade: Sistema de Segurança Interna

Funções desempenhadas na área da Criminalidade Organizada: Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna

Data: 21/07/2010

Está de acordo que a entrevista seja gravada para ser transcrita e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?

Resposta: “Sim”

COLHEITA DE DADOS

Questão n.º 1: O crime organizado não é um fenómeno recente. Tendo por base esta premissa, acha que este fenómeno tem tido o acompanhamento legislativo nacional (ao nível da sua prevenção, da sua identificação e da sua repressão) adequado?

Resposta n.º 1: “O Crime Organizado não é, na realidade, um fenómeno recente. O que pode ser considerado recente, esse sim, é o Crime Organizado internacional. Consideramos que o “acompanhamento” legislativo tem sido adequado e releva a natureza essencialmente

reactiva que tem estado presente aquando da necessidade de “reagir” ao fenómeno e às suas envolvências. Tratando-se de um fenómeno transnacional releve-se o facto das normas, na sua maioria, serem também elas próprias de natureza internacional e, como tal, refira-se, a título de exemplo, que as decisões jurídicas internacionais sobre esta matéria (da União Europeia, em particular) são as aplicáveis ao Estado Português (art.º 264 do Código Penal; buscas domiciliárias não autorizadas, Código de Processo Penal; Lei n.º 101/2001; Lei n.º 109/2009; Lei n.º 52/2003).”

Questão n.º 2: A nova Lei de Defesa Nacional inclui as Forças Armadas em missões de Segurança Interna, acha que este facto veio permitir um maior enquadramento e cobertura no combate ao crime organizado?

Resposta n.º 2: “A Lei de Defesa Nacional prevê a cooperação das Forças Armadas com as Forças e Serviços de Segurança no combate a agressões ou ameaças transnacionais (cumprimento conjugado das respectivas missões) pelo que não se vislumbram, à partida, eventuais e especiais alterações na estratégia de combate a este fenómeno”

Questão n.º 3: Acha que as medidas de polícia vertidas na nova Lei de Segurança Interna estão adequadas à actuação policial na luta contra o Crime Organizado?

Resposta n.º 3: “As medidas de polícia são meras medidas preventivas e não se destinam a ser usadas em sede de investigação. De qualquer modo, enquanto medidas de prevenção geral terão o seu impacto no combate à criminalidade em geral e na “luta” contra o Crime Organizado em particular.”

Questão n.º 4: O Conceito Estratégico de Defesa Nacional reflecte as actividades a que a Criminalidade Organizada se dedica, tais como, o tráfico de droga, as redes de promoção e exploração da imigração ilegal e do tráfico de pessoas, acha que este diploma é redutor em relação ao espectro de actividades desenvolvido pela Criminalidade Organizada em território nacional?

Resposta n.º 4: “O diploma supracitado não é redutor na medida em que a sua finalidade não é analisar e/ou caracterizar a Criminalidade Organizada em Portugal.”

Questão n.º 5: O Gabinete SIRENE encontra-se integrado no Gabinete Coordenador de Segurança, a Unidade Nacional Europol está integrada na Polícia Judiciária, este tipo de

estruturação representa uma resistência à cooperação entre os dois serviços? Acha que traria benefícios a integração destes dois serviços de extrema importância para o combate ao crime organizado numa só estrutura?

Resposta n.º 5: “Este tipo de estruturação não representa uma resistência mas oferece algumas dificuldades. A integração destes dois serviços numa só estrutura traria, indubitavelmente, benefícios e constituiria uma mais-valia.”

Questão n.º 6: Na sua opinião, o Sistema Integrado de Informação Criminal, irá dinamizar e poupar sobreposição de esforços entre os Órgãos de Polícia Criminal, no combate ao Crime Organizado?

Resposta n.º 6: “O Sistema Integrado de Informação Criminal foi idealizado e concebido, entre outras finalidades, com o intuito de dinamizar e “poupar” sobreposição de esforços entre os Órgãos de Polícia Criminal e, deste modo, também permitir maior eficácia no combate ao Crime Organizado.”

Questão n.º 7: O Sistema Integrado de Informação Criminal, aprovado pela Lei n.º 73/2009 de 12 de Agosto, está a ser implementado? Sabe se há resistências a essa implementação?

Resposta n.º 7: “O Sistema Integrado de Informação Criminal encontra-se a ser implementado (este processo respeita um conjunto de fases diferenciadas de implementação) e não se verificam ou registam, até esta data, quaisquer resistências à sua consumação.”

Questão n.º 8: Em 2009, saiu em Diário da República a segunda alteração à Lei n.º 05/2006 de 23 de Fevereiro, Lei das Armas, de facto, este diploma trouxe melhorias na repressão ao Crime Organizado?

Resposta n.º 8: “De momento, este órgão não dispõe de elementos que permitam avaliar os impactos da alteração à lei, ao nível do combate ao Crime Organizado.”

Questão n.º 9: Acha que os instrumentos legislativos que enquadram o combate ao Crime Organizado são suficientes de forma a promover um controlo e repressão adequados?

Resposta n.º 9: “Em termos gerais, os instrumentos legislativos, sobre esta matéria, parecem ser suficientes. De qualquer modo, não dispomos de elementos suficientes que permitam uma resposta absoluta sobre a questão colocada. Consideramos que, sobre este assunto, seria importante colher informação junto da PGR e da PJ.”

Questão n.º 10: Na sua opinião, o que está a faltar para que a cobertura legislativa sobre o crime organizado seja efectiva?

Resposta n.º 10: “À semelhança da questão anterior não consideramos ser este o órgão, por excelência, mais adequado e abalizado para se pronunciar sobre esta questão.”

Questão n.º 11: Como ultima questão, tem alguma sugestão relativamente a diplomas legais que poderão necessitar de uma reformulação com vista a uma maior proficiência no combate ao crime organizado?

Resposta n.º 11: “À semelhança das questões anteriores não consideramos ser este o órgão, por excelência, mais adequado e abalizado para se pronunciar sobre esta questão.”

FIM

APÊNDICE D – ENTREVISTA AO EXMO. DOUTOR MANUEL ANES

GUIÃO DO INQUÉRITO POR ENTREVISTA

TEMA: *DESAFIOS QUE SE COLOCAM À SEGURANÇA INTERNA*

Caracterização dos inquiridos:

Nome: Manuel Anes

Unidade: Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo

Funções desempenhadas na área da Criminalidade Organizada: Presidente do OSCOT

Data: 16/07/2010

Está de acordo que a entrevista seja gravada para ser transcrita e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?

Resposta: “Não existe qualquer tipo de inconveniente, tem o meu consentimento para gravar digitalmente esta entrevista.”

COLHEITA DE DADOS

Questão n.º 1: O crime organizado não é um fenómeno recente. Tendo por base esta premissa, acha que este fenómeno tem tido o acompanhamento legislativo nacional (ao nível da sua prevenção, da sua identificação e da sua repressão) adequado?

Resposta n.º 1: “Embora não seja um especialista de leis, acho que tem havido progressos na nossa legislação, mas sobretudo progressos a nível europeu e já instrumentos mais adequados ao combate deste fenómeno terrível, que é talvez dos mais importantes da

criminalidade que é o crime organizado. Este tipo de crime tem uma dimensão tentacular, pode nascer num país, propaga-se aos outros, faz trocas e associações com outras organizações e embora estando nós no canto da Europa é um caso complicado por termos aqui tentáculos criminosos que vêm de Espanha.”

Questão n.º 2: A nova Lei de Defesa Nacional inclui as Forças Armadas em missões de Segurança Interna, acha que este facto veio permitir um maior enquadramento e cobertura no combate ao crime organizado?

Resposta n.º 2: “Sim, a Lei de Defesa Nacional e também a Lei de Segurança Interna abrem a porta à integração das Forças Armadas em casos excepcionais de ameaças transnacionais, isto é, terrorismo e crime organizado, mas nos casos limite apenas. Parece-me que este é um facto positivo, alguns diziam que devia ser alterada a Constituição da República Portuguesa, mas não me parece que seja necessário, a Lei de Defesa Nacional e a Lei de Segurança Interna já contemplam essa possibilidade para casos limite extremos, o que é de saudar.”

Questão n.º 3: Acha que as medidas de polícia vertidas na nova Lei de Segurança Interna estão adequadas à actuação policial na luta contra o Crime Organizado?

Resposta n.º 3: “Bom, aqui temos a legislação que já melhorou. Mas temos as medidas de polícia, a Polícia necessita de uma investigação adequada ao Crime Organizado. Temos as Polícias, a Procuradoria-geral da República, os DIAP’s (Departamentos de Investigação e Acção Penal) e etc, que são, digamos, todos estes organismos são essenciais no combate ao Crime Organizado. Para isso é necessário também monitorizar os fluxos de finanças, é indispensável. Agora foi de facto um aspecto interessante e novo, o acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos para que haja trocas de informações bancárias para se poder seguir esses fluxos financeiros, a Europa reagiu ao início com alguma desconfiança, mas agora quando se trata de fazer a questão da fiscalização, eu até fiz uma proposta de que essa fiscalização fosse feita por uma equipa mista europeia e norte-americana, para ver se esses dados são protegidos e são utilizados apenas com fins de investigação criminal. Tem havido progressos, nos últimos anos, quer a nível europeu, quer a nível nacional, quer a colaboração entre a Europa e os Estados Unidos tem vindo a melhorar.”

Questão n.º 4: O Conceito Estratégico de Defesa Nacional reflecte as actividades a que a Criminalidade Organizada se dedica, tais como, o tráfico de droga, as redes de promoção e exploração da imigração ilegal e do tráfico de pessoas, acha que este diploma é redutor em relação ao espectro de actividades desenvolvido pela Criminalidade Organizada em território nacional?

Resposta n.º 4: “A questão que nos preocupa da criminalidade organizada está ligada ao, tráfico de drogas, redes de promoção e exploração da imigração ilegal, tráfico de pessoas, prostituição, todo o conjunto de contrafacções, contrabando, extorsão, apropriação de empresas em dificuldade. Em que estas redes têm um enorme lucro e elas precisam de lavar o dinheiro. Há portanto nesta lista uma ausência da questão da lavagem do dinheiro, é um problema fundamental, porque o lucro é tão grande que estes indivíduos precisam logo lavar o dinheiro e para isso têm que constituir empresas ou tomam conta de outras ou adquirem bens diversos. E portanto a luta contra o crime organizado é muito difícil ser feita sem seguir os tráficos financeiros que conduzem à lavagem do dinheiro.”

Questão n.º 5: O Gabinete SIRENE encontra-se integrado no Gabinete Coordenador de Segurança, a Unidade Nacional Europol está integrada na Polícia Judiciária, este tipo de estruturação representa uma resistência à cooperação entre os dois serviços? Acha que traria benefícios a integração destes dois serviços de extrema importância para o combate ao crime organizado numa só estrutura?

Resposta n.º 5: “É evidente que me parece que sim, de facto a Polícia Judiciária tem desde há muito a Unidade Nacional Interpol e Europol, tem uma experiência grande de contacto com esta realidade. O SIRENE naturalmente começa a ter, não tem tanta experiência como a Polícia Judiciária, mas eu penso que eventualmente uma fusão ou melhor cooperação. Acho que valeria a pena pensar nessa dimensão, eu nas unificações quer das polícias quer destas unidades, tenho sempre receio que com esta junção se percam as qualidades de cada uma das unidades e fiquemos sem nenhuma no final. Mas concluindo acho bem se, se avançar para uma integração.”

Questão n.º 6: Na sua opinião, o Sistema Integrado de Informação Criminal, irá dinamizar e poupar sobreposição de esforços entre os Órgãos de Polícia Criminal, no combate ao Crime Organizado?

Resposta n.º 6: “Isso é indispensável, mantendo as diversas polícias é fundamental que haja um Sistema Integrado de Informação Criminal. Para o combate ao crime organizado e outros tipos de criminalidade estou completamente de acordo com a existência deste sistema.”

Questão n.º 7: O Sistema Integrado de Informação Criminal, aprovado pela Lei n.º 73/2009 de 12 de Agosto está a ser implementado? Sabe se há resistências a essa implementação?

Resposta n.º 7: “É evidente que está a ser implementado. E é evidente que há sempre resistências, tudo que é novo tem resistências. Informação é poder, e quando se dá uma informação perde-se um pouquinho do poder, pois estamos a partilha-lo com os outros. Isto tem que acabar, porque temos todos de ter consciência que estamos a trabalhar para o mesmo fim. E nesse sentido eu sei que tem havido resistências mas têm de acabar. Nós precisamos de ter uma partilha de informações entre as polícias, mas vai ser complicado termos uma partilha completa.”

Questão n.º 8: Em 2009, saiu em Diário da República a segunda alteração à Lei n.º 05/2006 de 23 de Fevereiro, Lei das Armas, de facto, este diploma trouxe melhorias na repressão ao Crime Organizado?

Resposta n.º 8: “Eu saúdo vivamente esta alteração, mas depois há uma questão, temos que saber articular com o Código de Processo Penal, mas isto já foi importante, quem comete um crime com armas não pode vir para a rua tranquilamente com o Termo de Identidade e Residência, tem de ficar detido preventivamente. “

Questão n.º 9: Acha que os instrumentos legislativos que enquadram o combate ao Crime Organizado são suficientes de forma a promover um controlo e repressão adequados?

Resposta n.º 9: “Sob o ponto de vista legislativo creio que bastará, o que falta é o acesso às contas bancárias, aí tem havido resistências que tem a ver com as questões da privacidade, mas eu penso que com uma organização criminosa não temos que ter contemplanções com a privacidade das contas, nós temos que ter o acesso às contas para que

realmente se possa investigar e seguir esses fluxos de tráfico de dinheiros e investimentos, que são actividades preferidas do crime organizado, porque eles precisam disto para lavar o dinheiro como já disse, portanto falta este instrumento de acesso às contas para poder monitorizar e investigar mais claramente este tipo de crime.”

Questão n.º 10: Na sua opinião, o que está a faltar para que a cobertura legislativa sobre o crime organizado seja efectiva?

Resposta n.º 10: “A cobertura legislativa existente é satisfatória, mas falta esta questão que já respondi na questão anterior, que é uma questão básica, a Europa e os Estados Unidos já chegaram a uma conclusão para ver se Portugal, nesta dimensão do crime organizado, corrupção, etc., dá um passo em frente, pois é efectivamente necessário que o controlo do fluxo de tráfico financeiro seja monitorizado e controlado.”

Questão n.º 11: Como ultima questão, tem alguma sugestão relativamente a diplomas legais que poderão necessitar de uma reformulação com vista a uma maior proficiência no combate ao crime organizado?

Resposta n.º 11: “O acesso às contas bancárias sem duvida alguma, quando há suspeita de alguém envolvido em financiamentos ilícitos, tráficos, lavagens de dinheiros e coisas afins, nós temos de ter acesso a essas contas, isso é absolutamente indispensável.”

FIM

APÊNDICE E - ENTREVISTA APLICADA AO SENHOR CORONEL BORGES

GUIÃO DO INQUÉRITO POR ENTREVISTA

TEMA: *DESAFIOS QUE SE COLOCAM À SEGURANÇA INTERNA*

Caracterização dos inquiridos:

Nome: Marques Borges

Posto: Coronel

Unidade: Comando-Geral

Funções desempenhadas na área da Criminalidade Organizada: Director da Direcção de Informações

Data: 09/07/2010

Está de acordo que a entrevista seja gravada para ser transcrita e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?

Resposta: “Não existe qualquer tipo de inconveniente.”

COLHEITA DE DADOS

Questão n.º 1: O crime organizado não é um fenómeno recente. Tendo por base esta premissa, acha que este fenómeno tem tido o acompanhamento legislativo nacional (ao nível da sua prevenção, da sua identificação e da sua repressão) adequado?

Resposta n.º 1: “O quadro legislativo é por si só suficiente, naturalmente que existem sempre as duas faces da mesma moeda. As FSS anseiam sempre por meios mais sofisticados, que a lei seja mais ousada, que seja mais permissiva em determinados aspectos no combate à criminalidade. Depois há a outra vertente, que todos os quadros legislativos anseiam por manter, e tem directamente a ver com a manutenção das liberdades, direitos e garantias do cidadão. A este nível o Estado Português incute, talvez, demasiadas garantias através do normativo legal, mas isto tem a ver com factores históricos.

A lei é de facto suficiente, contudo é muito específica, extremamente técnica e nós, as FSS, temos de acompanhar a evolução e, também, é imperativo que nos dotemos com os conhecimentos que nos permitam que os criminosos não deixem de pagar pelos seus actos. Se assim não for, a prova recolhida pode ser anulada porque os procedimentos a montante não foram correctamente efectuados.

É evidente que as leis andam sempre atrás dos fenómenos, e há ainda um aspecto a salientar, o adversário tende sempre a ser mais proactivo e imaginativo que as NF. Pelos benefícios que advêm do crime, o adversário tende a estar tecnologicamente mais avançado que as FSS, assim como os meios utilizados para a consumação do crime. Falamos, por exemplo, de veículos, que na maior parte das vezes superam os das FSS, sendo facilmente “obtidos”, por *carjacking*, por exemplo. No entanto, este é um facto que muito dificilmente poderá ser contornado.

Apesar do mencionado, considero que este fenómeno tem tido o acompanhamento legislativo adequado. Se é suficiente? Acho que nunca é suficiente e é sempre possível melhorarmos. Contudo, também penso que este quadro já dá as garantias adequadas às FSS para combater o crime organizado, apesar de, como é evidente, queremos sempre mais.”

Questão n.º 2: A nova Lei de Defesa Nacional inclui as Forças Armadas em missões de Segurança Interna, acha que este facto veio permitir um maior enquadramento e cobertura no combate ao crime organizado?

Resposta n.º 2: “Penso que em relação a este aspecto, deve de facto existir uma complementaridade e não uma competitividade. As Forças Armadas no âmbito das suas missões específicas possuem determinados meios que podem e devem ser utilizados pelas

Forças de Segurança em missões de Segurança Interna, caso esta cooperação exista, é de todo vantajoso que assim seja. Esta cooperação deve existir tanto num quadro externo como interno tendo sempre como farol a ameaça, portanto, a partir de determinado patamar de ameaça devem intervir as Forças Armadas e abaixo desse mesmo patamar, as Forças de Segurança.

Naturalmente que cada uma das Forças, para cumprir a sua missão, tem um conjunto específico de meios, meios esses que se devem complementar os das outras Forças, em caso de necessidade. E nesta perspectiva, eu considero que o recurso às Forças Armadas para determinados aspectos bem específicos da Segurança Interna, é proveitoso, tendo sempre presente que a primazia para a actuação em missões de Segurança Interna compete às Forças de Segurança.

Se de facto existir esta cooperação, alicerçada na complementaridade e não na competitividade, eu acho que este é o passo a dar, e nesta perspectiva naturalmente que pode haver uma mais-valia no combate ao crime organizado, dentro (com as FA) e fora das fronteiras (com as FFSS).”

Questão n.º 3: Acha que as medidas de polícia vertidas na nova Lei de Segurança Interna estão adequadas à actuação policial na luta contra o Crime Organizado?

Resposta n.º 3: “Eu acho que sim, acho que são adequadas, houve realmente uma adaptação a uma nova realidade.”

Questão n.º 4: O Conceito Estratégico de Defesa Nacional reflecte as actividades a que a Criminalidade Organizada se dedica, tais como, o tráfico de droga, as redes de promoção e exploração da imigração ilegal e do tráfico de pessoas, acha que este diploma é redutor em relação ao espectro de actividades desenvolvido pela Criminalidade Organizada em território nacional?

Resposta n.º 4: “É claro que se eu entender este documento como o espelho do espectro em que se move a criminalidade organizada em território nacional, é de facto limitativo. O crime organizado tem um espectro e utiliza todas as lacunas para desenvolver a sua acção. Contudo este problema leva-nos ainda mais atrás, leva-nos à questão do que é de facto o

crime organizado, o que significa crime organizado, e se calhar o problema começa aí, começa aí porque não existe um consenso à volta do que é o conceito de crime organizado.

Entendendo o que está vertido no Conceito Estratégico de Defesa Nacional como meramente padrões de organização, como padrões de actividade aos quais o crime organizado se dedica, considero que não é redutor. Mas se eu assumir isto como a identificação das áreas específicas onde o crime organizado actua existe de facto uma visão redutora por parte deste diploma.”

Questão n.º 5: O Gabinete SIRENE encontra-se integrado no Gabinete Coordenador de Segurança, a Unidade Nacional Europol está integrada na Polícia Judiciária, este tipo de estruturação representa uma resistência à cooperação entre os dois serviços? Acha que traria benefícios a integração destes dois serviços de extrema importância para o combate ao crime organizado numa só estrutura?

Resposta n.º 5: “Esta é uma grande problemática, bastante melindrosa. Em Portugal não temos, e aliás, o nosso país é bastante criticado pelas entidades internacionais por não ter uma única “porta de entrada” de informações, existindo uma enorme panóplia de entradas, de acordo com a matéria ou com a Força de Segurança em causa, os documentos entram no país, não existindo, portanto, a conveniente centralização na troca das informações.

Esta “complexidade” representa, de facto, um obstáculo à cooperação, por diversos factores que não são do âmbito desta entrevista. Agora é realmente uma das faces visíveis deste problema.

É evidente que traria benefícios, existiria uma maior agilização de procedimentos. Com este tipo de estruturação ocorrem sempre problemas de troca de informação.”

Questão n.º 6: Na sua opinião, o Sistema Integrado de Informação Criminal, irá dinamizar e poupar sobreposição de esforços entre os Órgãos de Polícia Criminal, no combate ao Crime Organizado?

Resposta n.º 6: “É evidente que sim, é um bom exemplo de cooperação, de articulação, de partilha de informação que vai permitir potenciar a actuação das Forças de Segurança.”

Questão n.º 7: O Sistema Integrado de Informação Criminal, aprovado pela Lei n.º 73/2009 de 12 de Agosto, está a ser implementado? Sabe se há resistências a essa implementação?

Resposta n.º 7: “Resistências existem sempre, no entanto são em pequeno número, uma vez que existe a consciência que através deste sistema os benefícios vão ser muitos.

Este Sistema está a ser implementado, não estando ainda completamente operacional.”

Questão n.º 8: Em 2009, saiu em Diário da República a segunda alteração à Lei n.º 05/2006 de 23 de Fevereiro, Lei das Armas, de facto, este diploma trouxe melhorias na repressão ao Crime Organizado?

Resposta n.º 8: “Trouxe algumas melhorias. O auxílio que esta lei trouxe à actuação das polícias não se reflectiu, no entanto, em grande escala. Tanto pela perigosidade que estes instrumentos apresentam às vítimas, como pelo impacto que tem na sociedade, penso que o quadro penal deveria ser mais penalizador para os infractores.

No, entanto, esta Lei trouxe melhorias, considerando, no entanto, que ainda terá margem para ser melhorada.”

Questão n.º 9: Acha que os instrumentos legislativos que enquadram o combate ao Crime Organizado são suficientes de forma a promover um controlo e repressão adequados?

Resposta n.º 9: “Em termos de quadro legislativo sim, agora é a tal velha questão de, se podíamos ir mais longe ou não, agora não é pelos instrumentos legislativos que o combate não é eficaz. Acho que os instrumentos legislativos são por si só suficientes.”

Questão n.º 10: Na sua opinião, o que está a faltar para que a cobertura legislativa sobre o crime organizado seja efectiva?

Resposta n.º 10: “Nós temos um problema bastante grande, que se baseia no facto de a totalidade dos delitos inseridos neste tipo de crime serem da competência da Polícia Judiciária. Se este crime é cometido em escalões mais baixos, com um baixo nível de complexidade, não tem lógica que seja uma polícia que deve investigar a criminalidade

mais complexa a investigar esse tipo de criminalidade, desde o topo do escalão de actividade até ao mais baixo. Se fosse atribuída competência às outras Forças de Segurança neste campo, talvez aparecessem resultados mais visíveis.”

Questão n.º 11: Como ultima questão, tem alguma sugestão relativamente a diplomas legais que poderão necessitar de uma reformulação com vista a uma maior proficiência no combate ao crime organizado?

Resposta n.º 11: “Não pretendendo, nem sendo do âmbito deste trabalho apontar soluções mais abrangentes e complexas, como é o caso da reestruturação das FFSS, a temática do crime organizado deixar de ser totalmente da competência da Polícia Judiciária, é um dos casos que, por si só, muito poderiam contribuir para um combate mais eficaz à criminalidade organizada.

A questão da Lei das Armas poder ter sido um pouco mais ousada, podendo esta lei devia ter uma “atitude” mais inibidora, sendo os quadros legais deviam ser mais gravosos quando exista a utilização de arma de fogo.

O facto de não existir consenso à volta do que é o crime organizado, de não existir um verdadeiro conceito de crime organizado, também seria outra das questões que poderia, e deveria, ser ultrapassada.”

FIM

APÊNDICE F - ENTREVISTA APLICADA AO SENHOR TENENTE-CORONEL ROCHA

GUIÃO DO INQUÉRITO POR ENTREVISTA

TEMA: *DESAFIOS QUE SE COLOCAM À SEGURANÇA INTERNA*

Caracterização dos inquiridos:

Nome: Óscar Manuel do Nascimento Rocha

Posto: Tenente-coronel

Unidade: Comando-Geral

Funções desempenhadas na área da Segurança Interna: Assessor de Sua Excelência o
Ministro da Administração Interna

Data: 31/07/2010

Está de acordo que a entrevista seja transcrita e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar? Sim.

COLHEITA DE DADOS

Questão n.º 1: O crime organizado não é um fenómeno recente. Tendo por base esta premissa, acha que este fenómeno tem tido o acompanhamento legislativo nacional (ao nível da sua prevenção, da sua identificação e da sua repressão) adequado?

Resposta n.º 1: “O crime organizado tem sido objecto de diversas interpretações o que não tem permitido uma correcta caracterização e consequente definição, o que vem condicionar seriamente a acção legislativa nesta matéria.

A acção legislativa, nesta como noutras matérias, assume frequentemente uma característica reactiva, isto é, só depois de conhecidos os fenómenos e as suas consequências é que se age sobre eles.

Esta característica reactiva verifica-se em todo o percurso da acção legislativa, desde a fixação inicial dos preceitos legais como depois com as suas actualizações, pelo que quase se pode afirmar que a acção legislativa, regra geral, persegue os fenómenos ao invés de os preceder.

No que concerne ao sistema jurídico nacional, as condutas ilícitas tradicionalmente associadas ao crime organizado encontram-se, de uma forma geral, devidamente tipificadas e com mecanismos de repressão adequados, factos que se podem constituir como um forte factor de prevenção.

O tipo de crimes associados ao crime organizado são investigados por uma polícia especializada – a Polícia Judiciária – apresentam um conjunto de mecanismos reforçados para a sua investigação – medidas de polícia e meios de obtenção de prova – e são punidos com molduras penais gravosas, factos que traduzem bem a importância que é colocada na sua repressão.”

Questão n.º 2: A nova Lei de Defesa Nacional inclui as Forças Armadas em missões de Segurança Interna, acha que este facto veio permitir um maior enquadramento e cobertura no combate ao crime organizado?

Resposta n.º 2: “A inclusão das Forças Armadas em missões de Segurança Interna ocorre de uma forma mitigada e muito redutora. De acordo com a LDN as Forças Armadas cooperam com as Forças de Segurança no combate a agressões ou ameaças transnacionais, para além de actuarem quando declarados os estados de excepção – estado de sítio ou de emergência –, mediante uma cooperação entre o CEMGFA e o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.

Ao nível do enquadramento legislativo, a participação das Forças Armadas em missões de Segurança Interna afigura-se algo indefinida e vaga. Já ao nível do combate ao crime organizado é sempre uma mais-valia se atendermos ao facto de que só as Forças Armadas são possuidoras de meios que permitem uma intervenção aérea ou marítima, esta última de longa distância.”

Questão n.º 3: Acha que as medidas de polícia vertidas na nova Lei de Segurança Interna estão adequadas à actuação policial na luta contra o Crime Organizado?

Resposta n.º 3: “As medidas de polícia estão sempre condicionadas por uma relação de difícil equilíbrio entre o direito à segurança e o direito à liberdade.

As medidas de polícia assumem sempre um certo carácter de discricionariedade na acção das Forças de Segurança, ainda que posteriormente sujeitas a validação, pelo que quando o seu alcance é elevado nos conduzem a sociedades mais securitárias e em que os cidadãos se vêem mais desprovidos dos seus direitos.

No contexto nacional das ameaças e perigos vivenciados com o crime organizado, as medidas de polícia vertidas na nova Lei de Segurança Interna reflectem um equilíbrio aceitável entre o direito à segurança e o direito à liberdade, sem comprometer a actuação policial nesta matéria.”

Questão n.º 4: O Conceito Estratégico de Defesa Nacional reflecte as actividades a que a Criminalidade Organizada se dedica, tais como, o tráfico de droga, as redes de promoção e exploração da imigração ilegal e do tráfico de pessoas, acha que este diploma é redutor em relação ao espectro de actividades desenvolvido pela Criminalidade Organizada em território nacional?

Resposta n.º 4: “O conceito de crime organizado e a tipologia dos crimes que integra não é uniforme a nível internacional.

Se atendermos à EUROPOL, no seu relatório anual EU Organised Crime Threat Assessment, para além dos crimes indicados integra ainda a fraude e a contrafacção. De igual forma, se verificarmos o conceito de crime organizado para os EUA, este pressupõe uma conspiração nacional de etnias estrangeiras, ao contrário da Itália que pressupõe organizações mafiosas.

O conceito estratégico de defesa nacional, no que concerne à tipologia de crimes que podem integrar o conceito de crime organizado, carece de actualização e harmonização com os Códigos do Processo Penal e Penal.”

Questão n.º 5: O Gabinete SIRENE encontra-se integrado no Gabinete Coordenador de Segurança, a Unidade Nacional Europol está integrada na Polícia Judiciária, este tipo de

estruturação representa uma resistência à cooperação entre os dois serviços? Acha que traria benefícios a integração destes dois serviços de extrema importância para o combate ao crime organizado numa só estrutura?

Resposta n.º 5: “Sem dúvida que sim. A transnacionalidade do crime organizado exige uma coordenação e cooperação rápida e efectiva entre os Estados, a qual assume especial relevância na troca de informação através das agências especializadas de cada país.

A realidade nacional apenas encontra justificação numa óptica de competências reservadas relativas à investigação criminal entre as forças e serviços de segurança.

No entanto, o facto de as bases de dados se encontrarem sob a responsabilidade de entidades diferentes poderá ser ultrapassada se for garantido o acesso, a essas mesmas bases, pelas restantes entidades, mediante a definição de critérios de níveis de acessibilidade e necessidade.”

Questão n.º 6: Na sua opinião, o Sistema Integrado de Informação Criminal, irá dinamizar e poupar sobreposição de esforços entre os Órgãos de Polícia Criminal, no combate ao Crime Organizado?

Resposta n.º 6: “Sem dúvida. A informação é um dos factores mais importantes no combate ao crime organizado.

A compilação da informação, ainda que realizada e registada por diferentes forças e serviços de segurança, deverá ser disponibilizada a todos os intervenientes, ainda que sejam definidos critérios de acessibilidade, garantindo assim a sua partilha e consequente utilização em tempo útil, de forma a potenciar a sua utilidade e a evitar esforços desnecessários.”

Questão n.º 7: O Sistema Integrado de Informação Criminal, aprovado pela Lei n.º 73/2009 de 12 de Agosto, está a ser implementado? Sabe se há resistências a essa implementação?

Resposta n.º 7: “Desconheço a existência de resistências à sua implementação. Segundo julgo saber as necessidades que actualmente se fazem sentir referem-se essencialmente à compatibilidade que é necessário assegurar entre os diferentes sistemas de registo de informação actualmente existentes em cada força e serviço de segurança.

A implementação de um sistema integrado de informação criminal aproveita, ainda que com diferentes amplitudes, a todas as forças e serviços de segurança, e a definição de critérios de acessibilidade a esse mesmo sistema garantirá igualmente alguma necessidade específica, logo, será difícil que se verifiquem resistências à sua implementação.”

Questão n.º 8: Em 2009, saiu em Diário da República a segunda alteração à Lei n.º 05/2006 de 23 de Fevereiro, Lei das Armas, de facto, este diploma trouxe melhorias na repressão ao Crime Organizado?

Resposta n.º 8: “Considero que sim. O crime organizado caracteriza-se também pelo recurso à violência e ao uso de armas de fogo, logo, as medidas introduzidas na alteração à lei das armas reforçam a prevenção e a repressão deste tipo de crime.

A possibilidade de aplicação de prisão preventiva e o reforço da moldura penal decorrente da agravação das penas de prisão são, simultaneamente, uma importante medida de prevenção, pela dissuasão que representam, e de repressão, pelas respostas que emprestam às ocorrências que se venham a verificar.”

Questão n.º 9: Acha que os instrumentos legislativos que enquadram o combate ao Crime Organizado são suficientes de forma a promover um controlo e repressão adequados?

Resposta n.º 9: “Os instrumentos legislativos são meios e muito importantes, pois reflectem a posição política e social de um Estado face a este tipo de crimes. No entanto, o controlo e a repressão não passam só pelos instrumentos legislativos.

A adequabilidade dos instrumentos legislativos só se manifesta eficiente e eficaz se as forças e serviços de segurança, os tribunais e o sistema prisional forem igualmente eficientes e eficazes.

A cooperação internacional, a correcta actuação das polícias na prevenção e investigação do crime organizado, assim como a celeridade da actuação judicial, complementada pela capacidade ressocializadora do sistema prisional, são elementos indissociáveis da qualidade legislativa.”

Questão n.º 10: Na sua opinião, o que está a faltar para que a cobertura legislativa sobre o crime organizado seja efectiva?

Resposta n.º 10: “A definição correcta da intervenção das Forças Armadas nesta matéria.

Nos restantes países da Europa esta discussão já se encontra ultrapassada, as soluções encontradas e sedimentadas.

Urge proceder a essa definição para que as próprias Forças Armadas se capacitem para as responsabilidades que lhe vierem a ser definidas.”

Questão n.º 11: Como ultima questão, tem alguma sugestão relativamente a diplomas legais que poderão necessitar de uma reformulação com vista a uma maior proficiência no combate ao crime organizado?

Resposta n.º 11: “Na esteira do que foi referido, a Lei de Defesa Nacional e em especial o conceito estratégico de defesa nacional.”

FIM

APÊNDICE G - ENTREVISTA APLICADA AO SENHOR INTENDENTE NUNES TEIXEIRA

GUIÃO DO INQUÉRITO POR ENTREVISTA

TEMA: *DESAFIOS QUE SE COLOCAM À SEGURANÇA INTERNA*

Caracterização dos inquiridos:

Nome: Nunes Teixeira

Posto: Intendente

Unidade: Direcção Nacional da PSP

Funções desempenhadas na área da Criminalidade Organizada: Chefe de Gabinete do
Exmo. Director Nacional da PSP

Data: 14/07/2010

**Está de acordo que a entrevista seja gravada para ser transcrita e anexada ao
Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?**

Resposta: “Dois pontos a referir:

(i) As respostas adiante inscritas constituem a posição pessoal do entrevistado e não vinculam a Polícia de Segurança Pública (PSP);

(ii) Nessa perspectiva, solicito que o texto agora apresentado apenas seja utilizado em ambiente académico.”

Questão n.º 1: O crime organizado não é um fenómeno recente. Tendo por base esta premissa, acha que este fenómeno tem tido o acompanhamento legislativo nacional (ao nível da sua prevenção, da sua identificação e da sua repressão) adequado?

Resposta n.º 1: “Como bem refere, o crime organizado não é uma realidade recente. Em Portugal, ao longo das últimas décadas e de forma mais ou menos intensa, têm-se registado factos que se enquadram na tipologia criminal atrás identificada. A novidade reside no aparecimento de novos fenómenos criminais, graves e que não conhecem fronteiras: refiro-me à criminalidade organizada de natureza transnacional. Em ambos os casos, Portugal sempre demonstrou ter capacidade de adaptação, apresentando ferramentas, nomeadamente legislativas, susceptíveis de fazerem face às novas ameaças e riscos. Actualmente, o actual quadro legislativo (e que é intensamente influenciado pelas mutações que se verificam no espaço da União Europeia e no mundo) é equilibrado e satisfatório.”

Questão n.º 2: A nova Lei de Defesa Nacional inclui as Forças Armadas em missões de Segurança Interna, acha que este facto veio permitir um maior enquadramento e cobertura no combate ao crime organizado?

Resposta n.º 2: “Não constitui uma novidade a incorporação das Forças Armadas (FA) no quadro das responsabilidades do Sistema de Segurança Interna. As FA, principalmente através dos ramos da Força Aérea e da Marinha, já assumiam missões determinantes na prevenção criminal.

Atento às suas responsabilidades estatutárias e tendo em conta a natureza dos meios que dispõem, ambos os ramos assumem um papel relevante na prevenção (vigilância do espaço marítimo e aéreo), como forças dissuasoras. Mas a sua importância também deverá ser realçada na vertente reactiva, já que, estão dotadas com as competências necessárias para que, em regime de cooperação funcional com as forças de segurança, reajam a uma ameaça identificada.

Por outro lado, as FA são um pilar fundamental do sistema de emergência nacional - agentes do sistema de protecção civil.

Hoje em dia, tal empenho assume gradualmente maior destaque, seja nos cenários *security*, seja nos cenários *safety*.

Em suma: as FA sempre tiveram um papel determinante no Sistema de Segurança Interna. O seu papel, de natureza preventivo e reactivo, está constitucionalmente identificado e adequadamente balizado. Não restam dúvidas que a natureza transnacional da ameaça, designadamente no que concerne à criminalidade organizada, projecta de forma gradual a dimensão preventiva das FA.”

Questão n.º 3: Acha que as medidas de polícia vertidas na nova Lei de Segurança Interna estão adequadas à actuação policial na luta contra o Crime Organizado?

Resposta n.º 3: “Conforme referi, não encontro no actual edifício legislativo, insuficiências susceptíveis de constituírem um risco. Não nos devemos esquecer, que o actual quadro legislativo obedece às orientações internacionais sobre a matéria em análise, incorporando muitos dos seus princípios.”

Questão n.º 4: O Conceito Estratégico de Defesa Nacional reflecte as actividades a que a Criminalidade Organizada se dedica, tais como, o tráfico de droga, as redes de promoção e exploração da imigração ilegal e do tráfico de pessoas, acha que este diploma é redutor em relação ao espectro de actividades desenvolvido pela Criminalidade Organizada em território nacional?

Resposta n.º 4: “Mais uma vez e porque a transnacionalidade da norma jurídica também é uma evidência, o novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, é adequado à natureza da ameaça e a intensidade dos riscos. De facto, os tráficos ilícitos – na sua dimensão nacional e internacional -, de estupefacientes, de armas e de capitais, de seres humanos, o terrorismo, entre outras, são ameaças latentes e já plasmadas no supramencionado documento.”

Questão n.º 5: O Gabinete SIRENE encontra-se integrado no Gabinete Coordenador de Segurança, a Unidade Nacional Europol está integrada na Polícia Judiciária, este tipo de estruturação representa uma resistência à cooperação entre os dois serviços? Acha que traria benefícios a integração destes dois serviços de extrema importância para o combate ao crime organizado numa só estrutura?

Resposta n.º 5: “O combate efectivo da criminalidade, em especial a criminalidade organizada e transnacional, efectua-se de diferentes formas, assumindo especial destaque o trabalho desenvolvido pela comunidade das informações. Nesta perspectiva, a cooperação policial internacional assume cada vez mais uma importância na identificação de problemas e na definição de soluções.

Num país em que o modelo de organização do sistema de Segurança Interna é caracterizado por uma pluralidade de forças de segurança (cada um dotado de um sistema de informações criminais) torna-se imprescindível que os mecanismos de cooperação e coordenação sejam marcados pela eficácia.

Reafirmo o imperativo da cooperação e coordenação, porque não existe, aparentemente, vontade política tendente a implementar um processo de reorganização do sistema de forma a eliminar as deficiências identificadas. Afastados que estão, a curto prazo, processos de integração (desejáveis por fomentarem a optimização e a racionalização da informação e por gerarem mais eficiência) resta, conforme se verifica nas últimas décadas, desenvolver mecanismos de cooperação e de coordenação, os quais, estarão, na perspectiva do signatário, condenados ao insucesso.”

Questão n.º 6: Na sua opinião, o Sistema Integrado de Informação Criminal, irá dinamizar e poupar sobreposição de esforços entre os Órgãos de Polícia Criminal, no combate ao Crime Organizado?

Resposta n.º 6: “É o objectivo primordial. De facto, as insuficiências identificadas do actual modelo organizacional determinam a existência de processos tendentes à mudança. A partilha da informação, num modelo estruturalmente fraccionado, revela-se determinante para os desafios futuros. No entanto, qualquer sistema é feito de Homens e nessa perspectiva, tenho sérias dúvidas que o Sistema Integrado de Informação Criminal responda às reais necessidades do sistema.”

Questão n.º 7: O Sistema Integrado de Informação Criminal, aprovado pela Lei n.º 73/2009 de 12 de Agosto, está a ser implementado? Sabe se há resistências a essa implementação?

Resposta n.º 7: “São conhecidos entraves à implementação do sistema. A pluralidade de interesses institucionais em jogo, não permite uma harmonização de interesses. A perspectiva, retrógrada, de que o Cidadão está ao serviço do Estado (logo, a organização não está somente ao serviço do cidadão, mas também, ao serviço do *status quo – pessoal e institucional*), impede que se proceda à mudança organizacional e funcional do sistema de Segurança Interna em Portugal.”

Questão n.º 8: Em 2009, saiu em Diário da República a segunda alteração à Lei n.º 05/2006 de 23 de Fevereiro, Lei das Armas, de facto, este diploma trouxe melhorias na repressão ao Crime Organizado?

Resposta n.º 8: “Apesar de ainda existirem algumas deficiências, é notória a melhoria do quadro legislativo que rege a matéria em apreço. No entanto, tais insuficiências estão identificadas, aguardando-se a curto prazo a respectiva alteração legislativa.”

Questão n.º 9: Acha que os instrumentos legislativos que enquadram o combate ao Crime Organizado são suficientes de forma a promover um controlo e repressão adequados?

Resposta n.º 9: “O edifício legislativo português é de qualidade e entronca-se nas necessidades dos diferentes actores do sistema.”

Questão n.º 10: Na sua opinião, o que está a faltar para que a cobertura legislativa sobre o crime organizado seja efectiva?

Resposta n.º 10: “Estou certo que não será por falta de legislação criminal e processual. O grande desafio de Portugal neste domínio é responder a um novo paradigma: as exigências de segurança são crescentes e os orçamentos, gradualmente mais limitados. Tal dilema será determinante para o futuro, na perspectiva de que, as mudanças organizacionais e funcionais serão um imperativo, sob pena de assistirmos à falência do sistema, com consequências graves para o destinatário prioritário de um Estado de Direito: o Cidadão.”

Questão n.º 11: Como ultima questão, tem alguma sugestão relativamente a diplomas legais que poderão necessitar de uma reformulação com vista a uma maior proficiência no combate ao crime organizado?

Resposta n.º 11: “Parece-me notória a minha posição formal sobre a matéria: para uma pluralidade de problemas que persistem em existir ao longo das últimas décadas, o signatário encontra a solução numa profunda reforma do sistema de organização e funcionamento do sistema de segurança e não, na mera produção legislativa de natureza criminal e administrativa. Como facilmente depreenderá, o signatário é defensor de uma Polícia Nacional, suportada nos pilares da Investigação Criminal e da Ordem e Segurança Pública. Como tal, o status quo das organizações e das pessoas que as compõem, terá que se alterar de forma radical.”

FIM

APÊNDICE H – ENTREVISTA À EXMA. DRA. ANA BARQUINA

GUIÃO DO INQUÉRITO POR ENTREVISTA

TEMA: *DESAFIOS QUE SE COLOCAM À SEGURANÇA INTERNA*

Caracterização dos inquiridos:

Nome: Ana Barquina

Unidade: Serviço de Informações e Segurança

Funções desempenhadas na área da Segurança Interna: Directora de Área

Data: 25/07/2010

Está de acordo que a entrevista seja transcrita e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?

Resposta: “Não existe qualquer inconveniente.”

COLHEITA DE DADOS

Questão n.º 1: O crime organizado não é um fenómeno recente. Tendo por base esta premissa, acha que este fenómeno tem tido o acompanhamento legislativo nacional (ao nível da sua prevenção, da sua identificação e da sua repressão) adequado?

Resposta n.º 1: “A Legislação Nacional, no que se refere ao crime organizado, tem sofrido uma evolução positiva nos últimos anos, revelando uma maior percepção do legislador relativamente à ameaça à Segurança Interna que as estruturas do crime organizado e as actividades a que se dedicam representam. No entanto, a evolução do enquadramento

jurídico relativo a esta matéria constitui apenas uma vertente do problema quando se coloca a questão da sua adequação e eficácia. Neste sentido, importará igualmente desenvolver uma devida monitorização dos seus efeitos práticos reais bem como de uma devida afectação de meios e medidas operacionais.”

Questão n.º 2: A nova Lei de Defesa Nacional inclui as Forças Armadas em missões de Segurança Interna, acha que este facto veio permitir um maior enquadramento e cobertura no combate ao crime organizado?

Resposta n.º 2: “Esta questão não é pacífica e deve ser objecto de uma reflexão profunda.”

Questão n.º 3: Acha que as medidas de polícia vertidas na nova Lei de Segurança Interna estão adequadas à actuação policial na luta contra o Crime Organizado?

Resposta n.º 3: “O facto de este Serviço não ter competências de âmbito policial coíbe-nos de responder a esta questão.”

Questão n.º 4: O Conceito Estratégico de Defesa Nacional reflecte as actividades a que a Criminalidade Organizada se dedica, tais como, o tráfico de droga, as redes de promoção e exploração da imigração ilegal e do tráfico de pessoas, acha que este diploma é redutor em relação ao espectro de actividades desenvolvido pela Criminalidade Organizada em território nacional?

Resposta n.º 4: “Considera-se que o diploma que estabelece o Conceito Estratégico de Defesa Nacional não pretende ser exaustivo no que se refere às actividades desenvolvidas por estruturas do crime organizado, pois correr-se-ia o risco de se tornar datado e obsoleto a curto/médio prazo. De facto, o diploma refere o tráfico de estupefacientes, o auxílio e exploração da imigração ilegal e o tráfico de pessoas como principais ameaças decorrentes da acção do crime organizado, mas refere também outros tipos de criminalidade como o tráfico de armamento convencional e a ciber-criminalidade. Assim, não se considera que o referido diploma seja redutor face às actividades desenvolvidas em Território Nacional por estruturas do Crime Organizado.”

Questão n.º 5: O Gabinete SIRENE encontra-se integrado no Gabinete Coordenador de Segurança, a Unidade Nacional Europol está integrada na Polícia Judiciária, este tipo de estruturação representa uma resistência à cooperação entre os dois serviços? Acha que traria benefícios a integração destes dois serviços de extrema importância para o combate ao crime organizado numa só estrutura?

Resposta n.º 5: “Como foi referido, não sendo o SIS um órgão de polícia criminal e não utilizando os mesmos canais para troca de informações, esta questão não poderá ser respondida.”

Questão n.º 6: Na sua opinião, o Sistema Integrado de Informação Criminal, irá dinamizar e poupar sobreposição de esforços entre os Órgãos de Polícia Criminal, no combate ao Crime Organizado?

Resposta n.º 6: “Um combate efectivo ao Crime Organizado exige uma permanente cooperação entre todas as Forças e Serviços de Segurança, tendo-se revelado positivos os esforços que têm sido desenvolvidos nesse sentido, nomeadamente o de efectivar e dinamizar a troca de informação entre os diversos intervenientes no combate a este fenómeno, no qual se inserem a criação do Gabinete Coordenador de Segurança e do Sistema Integrado de Informação Criminal.”

Questão n.º 7: O Sistema Integrado de Informação Criminal, aprovado pela Lei n.º 73/2009 de 12 de Agosto, está a ser implementado? Sabe se há resistências a essa implementação?

Resposta n.º 7: “O facto de este Serviço não ter competências de âmbito policial, e não estando integrado no referido sistema, considera-se que não nos caberá responder a esta questão.”

Questão n.º 8: Em 2009, saiu em Diário da República a segunda alteração à Lei n.º 05/2006 de 23 de Fevereiro, Lei das Armas, de facto, este diploma trouxe melhorias na repressão ao Crime Organizado?

Resposta n.º 8: “Tal como já mencionado, considera-se que, no geral, as alterações legislativas introduzidas com o intuito de combater a criminalidade organizada têm sido positivas, no entanto, considera-se que, concomitantemente, se deve fazer uma aposta na fiscalização e aumento das operações policiais que visem especificamente o tráfico de armas.”

Questão n.º 9: Acha que os instrumentos legislativos que enquadram o combate ao Crime Organizado são suficientes de forma a promover um controlo e repressão adequados?

Resposta n.º 9: “Questão já respondida no ponto 2.”

Questão n.º 10: Na sua opinião, o que está a faltar para que a cobertura legislativa sobre o crime organizado seja efectiva?

Resposta n.º 10: “Questão já respondida no ponto 2.”

Questão n.º 11: Como ultima questão, tem alguma sugestão relativamente a diplomas legais que poderão necessitar de uma reformulação com vista a uma maior proficiência no combate ao crime organizado?

Resposta n.º 11: “Questão já respondida nos pontos 2 e 7.”

FIM

ANEXOS

ANEXO I – EXTRACTO DO CÓDIGO PENAL

Lei n.º 59/2007 de 4 de Setembro

Aprova a vigésima terceira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º
400/82 de 23 de Setembro

(...)

TÍTULO IV

Dos crimes contra a vida em sociedade

CAPÍTULO V

Dos crimes contra a ordem e a tranquilidade públicas

SECÇÃO II

Dos crimes contra a paz pública

Artigo 299.º

Associação criminosa

1 - Quem promover ou fundar grupo, organização ou associação cuja finalidade ou actividade seja dirigida à prática de um ou mais crimes é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

2 - Na mesma pena incorre quem fizer parte de tais grupos, organizações ou associações ou quem os apoiar, nomeadamente fornecendo armas, munições, instrumentos de crime, guarda ou locais para as reuniões, ou qualquer auxílio para que se recrutem novos elementos.

3 - Quem chefiar ou dirigir os grupos, organizações ou associações referidos nos números anteriores é punido com pena de prisão de dois a oito anos.

4 - As penas referidas podem ser especialmente atenuadas ou não ter lugar a punição se o agente impedir ou se esforçar seriamente por impedir a continuação dos grupos,

organizações ou associações, ou comunicar à autoridade a sua existência de modo a esta poder evitar a prática de crimes.

5 - Para os efeitos do presente artigo, considera-se que existe grupo, organização ou associação quando esteja em causa um conjunto de, pelo menos, três pessoas, actuando concertadamente durante um certo período de tempo.

(...)

ANEXO J – EXTRACTO DA LEI DE SEGURANÇA INTERNA

Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto

Aprova a Lei de Segurança Interna

(...)

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 35.º

Forças Armadas

As Forças Armadas colaboram em matéria de Segurança Interna nos termos da Constituição e da lei, competindo ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas assegurarem entre si a articulação operacional.

(...)

ANEXO K – VARIAÇÃO POSITIVA 2009-2008 DA CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE

O gráfico L.1 apresenta as variações positivas da criminalidade violenta e grave comparando os anos de 2009-2008.

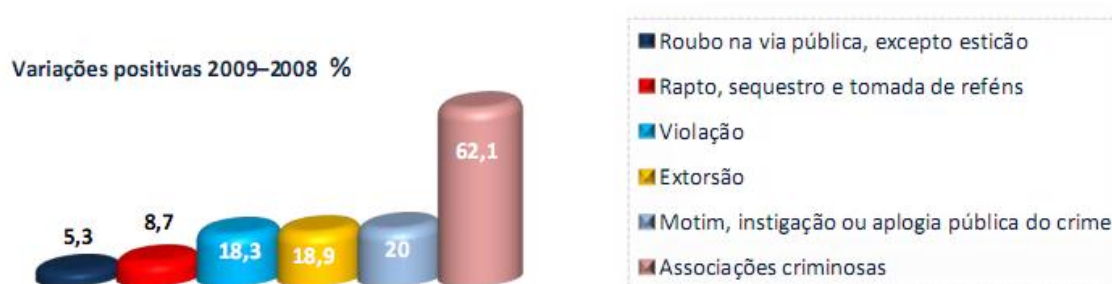


Gráfico L.1: Variações positivas 2009-2008 da criminalidade violenta e grave.

Fonte: MAI (2009, p. 52)

ANEXO L – ORGANOGRAMA DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA

A figura M.1 apresenta o organograma do Sistema de Segurança Interna.

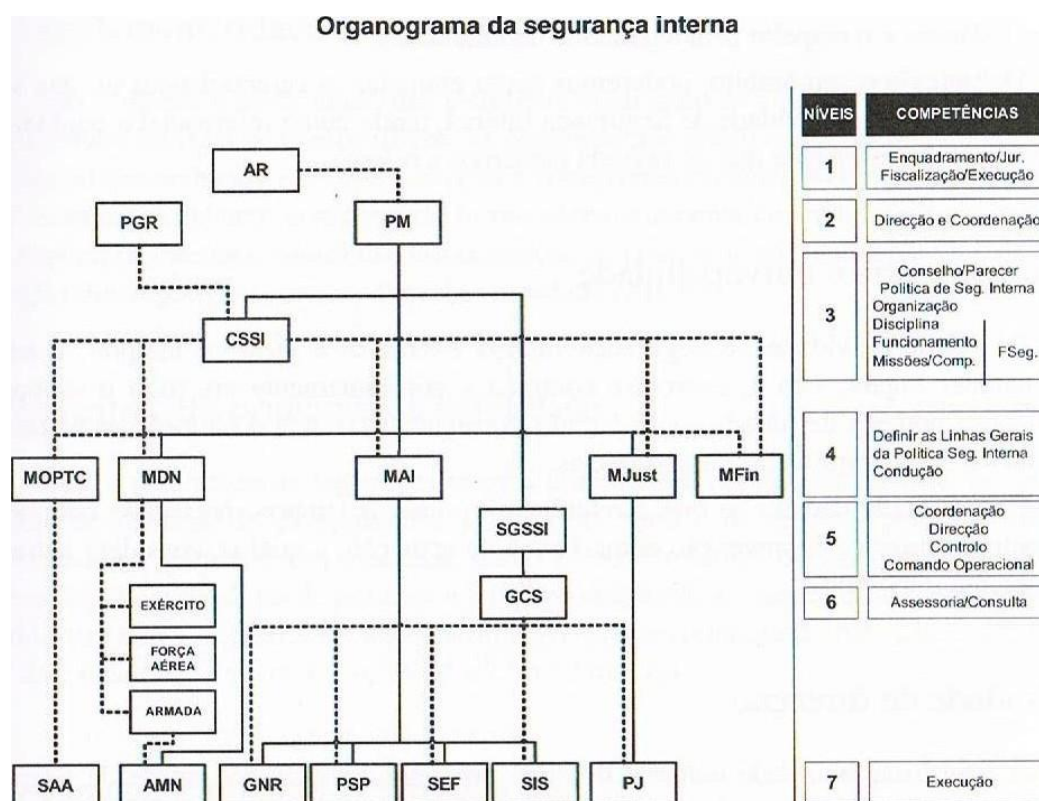


Figura M.1: Organograma do Sistema de Segurança Interna.

Fonte: Branco (2010, p. 83)